

conduzia diretamente à ditadura do proletariado, que colocava as idéias socialistas na ordem do dia. Nisto consistia a idéia fundamental da teoria. Enquanto a opinião tradicional considerava que o caminho para a ditadura do proletariado passa por um longo período de democracia, a teoria da revolução permanente proclamava que, para os países atrasados, o caminho para a democracia passa pela ditadura do proletariado. Por conseguinte, a democracia era considerada não como um fim em si, que deveria durar dezenas de anos, mas como o prólogo imediato da revolução socialista, à qual se ligava por vínculo indissolúvel. Desta maneira, tornava-se permanente o desenvolvimento revolucionário que ia da revolução democrática à transformação socialista da sociedade.

Em seu segundo aspecto, a 'teoria da revolução permanente' caracteriza a própria revolução socialista. Durante um período, cuja duração é indeterminada, todas as relações sociais se transformam no transcurso de uma luta interior contínua. A sociedade não faz senão mudar de pele, sem cessar. Cada fase de reconstrução decorre diretamente da precedente. Os acontecimentos que se desenrolam guardam, necessariamente, caráter político, dado que assumem a forma de choques entre os diferentes grupos da sociedade em transformação. As explosões da guerra civil e das guerras externas se alteram com os períodos de reformas "pacíficas". As profundas transformações na economia, na técnica, na ciência, na família, nos hábitos e nos costumes, completando-se, formam combinações e relações recíprocas de tal modo complexas que a sociedade não pode chegar a um estado de equilíbrio. Nisso se revela o caráter permanente da própria revolução socialista.

Em seu terceiro aspecto, a teoria da revolução permanente implica o caráter internacional da revolução socialista que resulta do estado da economia e da estrutura social da humanidade. O internacionalismo não é um princípio abstrato: ele não é senão o reflexo político e teórico do caráter mundial da economia, do desenvolvimento mundial das forças produtivas e do ímpeto mundial da luta de classes. A revolução socialista começa no âmbito nacional mas nele não pode permanecer. A revolução proletária não pode ser mantida em limites nacionais senão sob a forma de um regime transitório, mesmo que este dure muito tempo, como demonstra o exemplo da União Soviética. No caso de existir uma ditadura proletária isolada, as contradições internas e externas aumentam inevitavelmente e ao mesmo passo que os êxitos. Se o Estado proletário continuar isolado, ele, ao cabo, sucumbirá vítima dessas contradições. Sua salvação reside unicamente na vitória do proletariado dos países avançados. Deste ponto de vista, a revolução nacional não constitui um fim em si, apenas representa um elo da cadeia internacional. A revolução internacional, a despeito de seus recuos e refluxos provisórios, representa um processo permanente. (...)"<sup>38</sup>

<sup>38</sup> TROTSKY, Leon. *A revolução permanente*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979, pp. 23-25.

Mais uma vez lançando mão das palavras de Brossat, podemos observar uma condensação desses comentários precedentes em termos de sua interpretação metodológica no campo do marxismo: "(...) com isto Trotsky não impugna o determinismo marxista que afirma que o horizonte social e político mundial está determinado pelo desenvolvimento das forças produtivas mundiais, mas sim o determinismo economicista, mecanicista, analítico, que, ao raciocinar em um marco estritamente nacional, deduz da situação das forças produtivas e do desenvolvimento orgânico das classes sociais a forma da revolução. (...)".<sup>39</sup>

A possibilidade de clarificação trazida pela teoria da revolução permanente tornava bem menos paradoxal a postulação da revolução proletária para um país atrasado. O espoucar da revolução num país com semelhantes características nada mais seria do que uma confirmação das possibilidades colocadas pela situação mundial da luta de classes em seus aspectos econômico-políticos. Por outro lado, isto quer dizer que a hipótese supostamente mais coerente também permanecia válida. Em outras palavras, a iniciativa revolucionária do proletariado num país adiantado seria não mais do que a confirmação desta "lógica" e de maneira nenhuma se constituiria num desmentido da teoria da revolução permanente; seria tão-somente a confirmação de seus prognósticos.

Então, se se considera que situações "ideais" são aquelas mais desejadas por serem as mais eficientes em termos das possibilidades de concretização de seus objetivos, ter-se-ia que concordar que o ótimo seria esperar que a revolução socialista se iniciasse pelos países capitalistas mais desenvolvidos. Mas, conquanto este quadro esteja colocado no horizonte das possibilidades ideais ou preferenciais, seria profundamente a-histórico rejeitar a revolução proletária num país atrasado quando a burguesia, a escala mundial, já tinha se passado para o campo da reação. E, em virtude da organicidade mundial do capitalismo, esta posição seria ainda mais condenável.

Evidentemente, como já se frisou aqui, tendo como elemento argumentativo os critérios metodológicos da teoria da revolução permanente, seria incorreto traçar um paralelo entre o desenvolvimento histórico dos países pioneiros do capitalismo, como, por exemplo, a Inglaterra, e o daqueles que surgiram na esteira do amadurecimento do capitalismo nas metrópoles. Nestas, as formas sociais e a criação de uma burguesia poderosa foi possível durante um processo particular que demandou séculos. De outro lado, as colônias e semi-colônias conheceram seu ingresso na civilização capitalista mediante uma condução encetada pelas

<sup>39</sup> BROSSAT, 1976. op. cit., p. 89.

metrópoles desde quando estas já contavam com os meios materiais adequados para tanto. Conquanto isto seja verdadeiro, quer dizer, se é muito difícil encontrar analogia no desenvolvimento destes tipos distintos de países considerados, ao mesmo tempo não é menos verdadeiro afirmar que existe uma "*profunda conexão interna entre ambos*".

Para finalizar, tomando-se essa percepção como perspectiva, veja-se a caracterização da natureza da revolução russa como efetuada por Trotsky em seu livro *A revolução de 1905*: "(...) no que diz respeito às suas tarefas diretas e indiretas, a revolução russa é uma revolução "burguesa" porque se propõe libertar a sociedade burguesa das correntes e grilhões do absolutismo e da propriedade feudal. Mas a principal força condutora da revolução russa é a classe operária e por isso é uma revolução proletária no que diz respeito a seu método. Muitos pedantes que insistem em determinar o papel histórico do proletariado por meio de cálculos aritméticos ou estatísticos, ou em estabelecê-lo mediante analogias históricas formais, mostraram-se incapazes de digerir essa contradição. Enxergam a burguesia como o líder da revolução russa enviado pela providência. Tentam envolver o proletariado - que de fato marchou à frente dos acontecimentos em todos os estágios dos levantes revolucionários - nas fraldas de sua própria imaturidade teórica. Para esses pedantes, a história de uma nação capitalista repete a história de outra com algumas divergências mais ou menos importantes. Hoje são incapazes de enxergar o processo unificado de desenvolvimento do mundo capitalista, que engole todos os países que encontra no seu caminho, que cria, das exigências nacionais e gerais do capitalismo, um amálgama cuja natureza não pode ser entendida mediante a aplicação de clichês, mas unicamente através da análise materialista. (...)"<sup>40</sup>

\*\*\*\*\*

---

<sup>40</sup> TROTSKY, L. *A revolução de 1905*, op. cit., pp. 66-67.

Com certeza, não seria errôneo chegar-se à conclusão que a elaboração da teoria da revolução permanente foi, em grande parte, uma conseqüência, na esfera da reflexão intelectual e científica, dos rumos seguido pelo desenvolvimento histórico russo. Mesmo assim, não seria correto deduzir que os prognósticos revolucionários formulados para a Rússia orientados por essa interpretação teórica tenham partido de uma teoria somente aplicável àquele país. A elaboração de Trotsky não foi concebida como um caso especial, o que torna perfeitamente aceitável afirmar-se que a mesma deve ser rejeitada como uma "teoria da revolução permanente da Rússia". E para que seja melhor localizada sua posição no escopo do marxismo seria lícito afirmar que se trata de uma atualização, de uma inovação teórica que o adequa ao desenvolvimento contemporâneo do capitalismo permitindo-lhe apontar convincentemente algumas variáveis que devem ser observadas dentro do quadro interpretativo da dinâmica da revolução proletária mundial. Neste contexto, adquire o estatuto de um estudo teórico que extrai conclusões gerais a respeito do fenômeno do atraso e do processo de transformações ocorridas nas sociedades atrasadas. Ao mesmo tempo, então, representam conclusões importantes para a análise da Revolução Russa e de seus desdobramentos, tanto no campo de suas possibilidades *ex ante*, quanto no de seus resultados *ex post*.

À guisa de sistematização, e para que se tenha uma visão panorâmica e condensada do que foi apresentado, interpretado e discutido até aqui, é possível falar-se de um "modelo" representativo da teoria da revolução permanente, abrangente o suficiente para abarcar todo o campo de pesquisa pretendido por Trotsky. Neste sentido seguir-se-á parcialmente um roteiro fixado por Knei-Paz em seu texto já referido:<sup>41</sup>

Com o desenvolvimento do capitalismo e sua consolidação como um *sistema* de abrangência mundial, sociedades "atrasadas" adentradas neste universo sofreram o impacto do contato com as mais "avançadas" e, como conseqüência, a mudança presenciada nas primeiras adquire uma *característica do atraso*. Assim, para que se possa compreender o desenvolvimento das sociedades atrasadas e a possibilidade de realização da revolução proletária nas mesmas torna-se indispensável estabelecer como ponto de partida analítico a relação recíproca entre estes dois tipos de sociedade:

---

<sup>41</sup> Knei-Paz, 1985, op. cit., pp 176-190

1) Supõe-se que da ação da sociedade avançada sobre a atrasada resulta traumáticos resultados nesta última. Novas formas de produção econômica lhe são impostas fragilizando, com isso, sua tradicional hierarquia social, ao tempo em que introduz profundas transformações nas estruturas de pensamento das elites dominantes. Isto é possível tanto nos espaços coloniais assim como naqueles países que já tenham conquistado formalmente sua independência política. Contraditoriamente, a tentativa de manutenção desta, por sua vez, estimula a adoção a mais extensiva possível dos novos métodos de organização econômica e social, o que permite concluir que cada vez mais maiores pressões estarão dirigidas para a desagregação dos costumes e hábitos tradicionais.

2) Do choque entre tais tipos de sociedades, as atrasadas, ao organizarem sua resistência contra as forças externas, lançam mão, pelo menos parcialmente, dos mesmos procedimentos econômicos utilizados pelas mais avançadas. Não obstante, para a implantação das novas relações sociais exigidas pelos novos métodos relativos à produção, o Estado comparece com uma atitude completamente contraditória. Ao mesmo tempo em que procura abrir espaço para as novas relações, não pode aprofundá-las excessivamente sem perturbar a base social, acentada nas velhas relações, sobre a qual se apoia. Uma tentativa de amenização dos efeitos deletérios para si próprio decorrentes da concretização dessa contradição manifesta-se na iniciativa do Estado (a autoridade política) em estabelecer um maior controle sobre estas relações sociais novas, aplicadas visando a transformação da organização econômica almejada, mediante "*(...) um sistema de interferências burocráticas, do completo controle da economia e, sobretudo, da formação dos capitais, da colocação de obstáculos ao desenvolvimento das forças econômicas independentes, e enfim, do uso da força e da opressão. Na realidade, todavia, as novas relações sociais não podem ser inteiramente suprimidas e nem ao menos controladas; e elas se desenvolvem, embora imperfeitamente, apesar das dificuldades criadas pelo Estado. (...)*".<sup>42</sup>

3) Seria impossível à sociedade atrasada utilizar a sociedade avançada como um modelo histórico já acabado a ser seguido integralmente. Mas, em que pese a impossibilidade de reproduzir o caminho percorrido pela segunda, as primeiras, por se desenvolverem a posteriori dos "pioneiros", deparam-se com determinadas vantagens quando perseguem o objetivo final. Estas se apresentam na forma de "saltos", que fazem abreviar ou superar várias etapas, implicando isso numa redução do longo processo do desenvolvimento, ou na sua simples substituição pelo resultado evitando assim o tempo histórico exigido para sua construção. A

---

<sup>42</sup> Idem, p. 177.

redução do tempo de desenvolvimento, na verdade, expressa um processo *diferente* e uma maneira *particular* de desenvolvimento das sociedades atrasadas. O resultado é a revelação prática de um modelo cuja marca fundamental é a heterogeneidade materializada por uma integração entre as formas da sociedade avançada, permitidas pela ruptura com as formas arcaicas, e as formas antigas que seguem existindo em escala apreciável. Conforma-se uma desigualdade latente, ou o produto histórico da atuação da *lei do desenvolvimento desigual e combinado*.

4) Este parâmetro do modelo em constituição diz respeito às conseqüências da desigualdade combinada. A possibilidade de saltar etapas cria uma linha de desenvolvimento capitalista não linear, o que significa deixar de lado algumas formas de produção e evitar certas formas sociais. Agrupamentos sociais não são constituídos, enquanto outros característicos de modelos mais recentes são cristalizados, ao tempo em que manifestações principais da sociedade tradicional perduram, resistem ou seguem dominando: "(...) *a velha autoridade política, por causa do poder por ela acumulado e do controle que detém sobre a economia; a velha agricultura ainda em grande medida primitiva, na medida em que é necessário transformá-la somente de modo parcial e limitado, para tornar vital em pouco tempo o novo setor industrial. De tal modo, como no caso da Rússia, o quadro global que disso decorre é singular: absolutismo político, privilégios da aristocracia, uma vasta população camponesa, ao lado de uma indústria avançada, de uma urbanização, de uma classe operária, sem que de resto exista uma classe média com alguma importância econômica ou política. (...)*".<sup>43</sup>

5) Implicitamente ao desenvolvimento não uniforme conhecido pelos países atrasados surge a formação de uma consciência do atraso e das alternativas que podem ser colocadas em ação. A captação no plano da subjetividade do caráter do atraso resulta em termos práticos em contradições expressas por desarmonias, instabilidades e por situações políticas potencialmente explosivas. São manifestações perenes que fazem da revolução a dinâmica e a natureza do atraso. Agitações sociais e situações revolucionárias tornam a revolução inevitável e a única saída para as contradições e dilemas.

6) O "amalgama" que denota o desenvolvimento dos países atrasados impõe à revolução o mesmo caráter, qual seja, um fundamento inédito, posto que contém também formas ao mesmo tempo "arcaicas" e "contemporâneas". Trotsky afirmava ser impossível o desenvolvimento da Rússia para o capitalismo assim como rejeitava o esquematismo marxista que afirmava ser isso possível. Se a

---

<sup>43</sup> Ibidem, p. 179.

industrialização russa não tinha sido fixada por uma classe média e nem aquela criara uma classe média, se esta industrialização não tinha transformado a agricultura e nem solucionado o problema da população do campo, se a industrialização tinha sido imposta pelo alto coexistindo com a agricultura de caráter semi-feudal e se o advento da industrialização se fizera com a manutenção da antiga estrutura política, implicando que a autocracia passaria a controlar ainda mais recursos econômicos, ficava claro a impossibilidade de solução desta contradição no espaço da revolução burguesa.

7) Na ótica de Trotsky o novo caráter da revolução a acontecer na Rússia seria a única possibilidade de realizar a modernização do país por ser também a única consequência possível em face do caráter particular do desenvolvimento que ocorria internamente. Sabido que a autocracia não queria realizar a revolução, que a classe média não dispunha de condições para fazê-la, que o campesinato não tinha a menor idéia de como encaminhá-la, restaria - como elemento fundamental da particularidade - ao proletariado russo o papel de dirigí-la e aprofundar a transformação em curso em outros marcos. Haveria assim, como única alternativa para resolver os problemas fundamentais do país, uma combinação de forças provenientes de duas eras históricas diferentes, mas que se ligavam no tempo presente, resultando simultaneamente numa "revolução agrário-burguesa" e numa "revolução industrial-socialista".

8) Todavia Trotsky não acreditava que a simples realização revolucionária traria consigo implicitamente a possibilidade de uma modernização mais ou menos socialista em se partindo de condições econômicas predominantemente primitivas e miseráveis. O objetivo socialista seria impossível mesmo que se estabelecesse inovações institucionais apropriadas. Por essa razão, a revolução interna, no contexto teórico, era acompanhada de um necessário dispositivo internacionalista, que não deveria se apresentar como uma moldura idealista, mas antes de tudo como parte integrante do mecanismo de garantia das necessidades materiais da Revolução Russa. Dessa maneira se justificava a extensão da revolução, transformando-se numa revolução européia e mundial: "*(...) neste sentido, a Rússia, quaisquer que tivessem sido as transformações industriais dos últimos decênios do século XIX, estava somente no início e, no período pós-revolucionário, qualquer tentativa pessoal de basear-se unicamente nos próprios recursos internos acabaria - pensava Trotsky - num completo desastre: vale dizer, ou o caos total ou uma tirania burocrática. (...).*"<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 182.

### 1.3 A DIALÉTICA ECONÔMICA DA TRANSIÇÃO I: A INEVITABILIDADE DO MERCADO E DO DIREITO BURGUÊS

Tomando-se a teoria do materialismo histórico, e considerando-se as categorias do modo de produção no plano estritamente abstrato, seria possível delinear as formas constitutivas do modelo "puro" da sociedade socialista (comunista). Nesta, dificilmente seria deixado de lado a propriedade social (coletiva) dos meios de produção, a noção, mesmo que indefinida, de salário coletivo, a distribuição social da produção de acordo com as necessidades individuais, a circulação da produção mediante processos não monetários e a organização da produção por intermédio de mecanismos não espontâneos que sugerem o emprego dos métodos de planificação. Além disso, no plano político seria constatada a inexistência do Estado, os processos coletivos de decisão, a democracia direta, etc. Evidentemente, para que tal sociedade fosse estabelecida seria necessário que o próprio modo de produção socialista abarcasse o conjunto da humanidade, desaparecendo, portanto, a divisão que se perpetua entre os seres humanos em termos geográfico-políticos e que permitem a existência dos Estados/nações.

No entanto, se este modelo for confrontado com a famosa frase clássica de Marx, "*nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém*", aqui já citada, pode-se concluir que, enquanto inexistirem as condições para a observância do socialismo "puro", qualquer país que entrasse na via do socialismo, começando pela expropriação da burguesia, o faria em condições provisórias; em termos mais rigorosos, estaria ainda em transição para o socialismo.

E isto é tanto mais verdadeiro quanto mais se sabe que a aspiração socialista exige que o capitalismo seja interpretado como um modo de produção universal. Não é possível pretender a construção do socialismo considerando-se apenas o universo particular das unidades geo-políticas habitadas pelos seres humanos, mesmo que, em meio a uma enorme diversidade, todas elas estejam perpassadas por características unificadoras e funcionem de forma inevitavelmente interligada. Aliás, são estas próprias características universais a unir os diversos países que



indicam para a impropriedade da concepção do socialismo em termos nacionais, segundo a ótica dos países tomados isoladamente.

Esta concepção da transição ao socialismo pode ser localizada como uma componente basilar do modelo que expressa a fórmula da teoria da revolução permanente. Desta maneira, a transição ao socialismo encerraria duas perspectivas. A primeira delas está remetida ao espaço interno da unidade (país) onde os trabalhadores ascendem ao poder. Neste país, mesmo que se considere uma nação capitalista desenvolvida, seria necessário combinar determinados mecanismos de organização econômica que refletiriam ainda a necessidade de manutenção de procedimentos que seriam próprios de uma economia de mercado, ou, mais precisamente, de uma economia capitalista. E de acordo com a segunda perspectiva, estes procedimentos econômicos internos, a partir do grau de desenvolvimento capitalista do país que efetua a revolução socialista, se inscrevem num processo qualitativo e temporal que depende da forma e da qualidade das relações com os demais países. Assim, ritmos e prazos da evolução interna da transição ao socialismo dependem, concomitantemente, da evolução com que o conjunto do sistema capitalista mundial transita para o socialismo.

Em conseqüência, por exemplo, um país atrasado poderia seguir muito mais rapidamente ao socialismo se outros países adiantados também estivessem experimentando o mesmo processo de transição. Contudo, também poderia ser afirmado que, sob determinadas condições, um país atrasado poderia avançar relativamente mais rápido nesta transição se mantivesse laços econômicos com os demais mesmo que nenhum destes outros tivesse ainda ingressado ao socialismo, quer dizer, se permanecessem ainda no terreno do capitalismo. Por outro lado, o grande desenvolvimento interno de suas forças produtivas não garantiria a um país desenvolvido um trânsito tranqüilo ao socialismo se ficasse isolado dos demais em qualquer situação destes.

Esta interpretação, todavia, solicita melhor desenvolvimento desde quando se reafirme a análise representativa da superação do viés determinista do marxismo tal qual se discutiu nas seções anteriores deste capítulo. Mais uma vez, portanto, é interessante referir-se a uma aplicação da categoria da totalidade capitalista empreendida por Trotsky no sentido de corroborar a avaliação precedente:

*"(...)todo país atrasado, incorporando-se ao capitalismo, passou por diferentes fases de dependência para com outros países capitalistas; essa dependência podia aumentar ou diminuir, mas a tendência geral da evolução capitalista foi sempre no sentido de um enorme desenvolvimento das relações mundiais, manifestando-se*

*no crescimento do comércio exterior, no qual se acha incluído, naturalmente, o comércio de capitais. A dependência da Inglaterra em relação à Índia possui, certamente, um caráter qualitativo diverso do que possui a dependência da Índia para com a Inglaterra. Mas, essa diferença é determinada, em última análise, pela diversidade de suas forças produtivas, e não por seu grau de autonomia econômica. A Índia é uma colônia e a Inglaterra uma metrópole. Se, porém, a Inglaterra fosse, hoje, submetida a um bloqueio econômico, pereceria mais depressa do que a Índia. Aí temos, de passagem, uma ilustração demonstrativa da realidade da economia mundial.*

*Por uma extensão sistemática de sua base, a evolução do capitalismo, considerada em sua realidade histórica e não nas fórmulas abstratas do segundo livro d'"O Capital", que não perdem, por isso, sua importância como **fase da análise**, se torna de absoluta necessidade. No curso do seu desenvolvimento e, por conseguinte, no curso da luta contra as suas próprias contradições internas, cada capitalismo nacional se volta, cada vez mais, para as reservas do "mercado exterior", isto é, da economia mundial. (...)"*<sup>45</sup>

Tomando-se a unidade nacional isoladamente, tratando-se de um país atrasado, concluí-se certamente que o mesmo tem incorporado ao seu cabedal econômico, ainda, um nível relativamente baixo das forças produtivas conhecidas no universo geral do capitalismo. Este país deveria enfrentar, sob condições normais de desenvolvimento capitalista, um período de tempo ao final do qual **poderia** firmar-se enquanto um país desenvolvido. De modo que, ainda ressaltando a vigência das condições normais do desenvolvimento capitalista, as pré-condições exigidas para a implantação do socialismo estariam admitidas quando este desenvolvimento estivesse completo; quer dizer, quando as forças produtivas tivessem atribuído a qualificação necessária para a passagem ao socialismo.

Por sua vez, as condições exigidas para o desenvolvimento "normal" ao capitalismo não estão reduzidas apenas ao plano econômico. Como se sabe, em paralelo com a geração e evolução do elemento econômico, o fator político decisivo tem que se fazer presente em consonância com a formação de instituições superestruturais que revele a constituição daquela classe social, dominante, que, por intermédio de sua iniciativa revolucionária, cria as condições para que as forças produtivas evoluam no sentido da generalização do modo capitalista de produção no interior da sociedade. A burguesia deveria, então, surgir como a classe capaz de realizar as "tarefas burguesas" como exigência natural para o desenvolvimento capitalista. A história revelou, porém, que esta associação simultânea entre o econômico e o político estiveram presentes apenas parcialmente no conjunto dos

<sup>45</sup> TROTSKY, 1979, op. cit., p. 10.

países que conheceram o surgimento das relações econômicas capitalistas no interior de suas fronteiras.

Como pode se observar, o marxismo, passando a refletir a evolução mundial do capitalismo, poderia afirmar que países atrasados estavam em condições de realizar a revolução proletária, posto que nos mesmos a burguesia ficara impossibilitada de praticar o mesmo papel que cumprira nos países pioneiros. Em face do esgotamento das revolução burguesa mundial, esse papel passara para as mãos do proletariado. Assim, se o proletariado assume o poder nos países relativamente atrasados, por conseguinte, coloca imediatamente a questão da implantação do socialismo. Ora, como se discutiu preliminarmente, a implantação do socialismo, neste contexto, está colocado em perspectiva, o que não implica, mesmo assim, o abandono da exigência de que as forças produtivas se desenvolvam até determinados níveis. Contraditoriamente, o desenvolvimento "capitalista" não poderia ser abandonado, e este deveria ser empreendido sob iniciativa dos trabalhadores. Todavia, este desenvolvimento capitalista está concernido exclusivamente à esfera econômica.

A teoria da revolução permanente, como se observou, permite uma flexibilização da interpretação da evolução histórica, a qual não necessariamente, no que respeita sobretudo ao país atrasado, implica a conclusão de que o desenvolvimento das relações econômicas de produção devam criar expressões políticas equivalentes. É bem conhecido o processo que desembocou nas revoluções burguesas clássicas: a longa gestação das relações econômicas burguesas induziu a formação das classes econômicas fundamentais do modo de produção capitalista e, portanto, na impulsão da burguesia à situação de classe dominante na sociedade. Esta, então, empreendeu a tarefa de criação das condições para que o capitalismo adquirisse sua plenitude.

Antes disso, se por um determinado tempo, mesmo sob a vigência relativamente ampla do capital e do trabalho assalariado, ela manteve-se subordinadamente como força política, depois de estabelecidas certas condições as relações jurídicas e políticas inerentes ao absolutismo passaram a emperrrar a generalização burguesa e, por conseguinte, a nova classe, que no plano econômico já dominava, também na esfera político-jurídica imporia sua hegemonia com o objetivo imprescindível de tornar completo o modo de produção capitalista. A mais clássica das revoluções burguesas, a francesa de 1789, representou a legitimação dos fenômenos da base econômica capitalista de acordo com expressões superestruturais que dariam formatura à República liberal: "(...) a *propriedade burguesa capitalista deixa, conseqüentemente, de ser uma posse flutuante e*

*instável, uma posse puramente de fato, passível de ser contestada a todo momento, e também de ser defendida a mão armada. Ela transforma-se num direito absoluto, estável, que segue a coisa por todo lado e que, desde que a civilização burguesa espalhou seu domínio por todo o globo, é protegida em todo o mundo pelas leis, pela polícia e pelos tribunais. (...)"*.<sup>46</sup>

Diferentemente desse processo normativo, já em pleno século XX se revelaria uma separação dos ritmos relativos à concretização dos tempos econômico e político em pelo menos um país que permaneceria atrasado no espaço do sistema capitalista mundial. A separação em questão mostraria que, enquanto as relações de produção mercantis-capitalistas eram introduzidas em meio a um Estado portador de uma superestrutura que, por sua natureza, se opunha a elas, na esfera política de extração eminentemente burguesa apenas a classe operária tendia a se constituir de forma completa. Por essa razão, uma suprema contradição se manifestaria: a antiga superestrutura pré-capitalista seria questionada e substituída pela iniciativa dos *não proprietários* que se vinculavam à nova base econômica em formação.

Conquanto se configurasse a oportunidade de substituição da antiga superestrutura, ela não seria seguida pela implantação dos caracteres jurídico-políticos inerentes ao mundo do capital, mas, pelo contrário, estaria relacionada ao mundo do trabalho e à sociedade que o libertaria. Trata-se de uma notável inversão de sinais: o capital amadureceria muito mais em seu conteúdo expressamente econômico; em virtude de sua condição originária particular, de caráter forâneo, não passaria por um processo de gestação interna criando em paralelo a burguesia em sua correspondência superestrutural. Poder-se-ia dizer que a atuação da burguesia "proprietária" deste capital estaria condicionada a administrá-lo em meio às condições de um Estado burguês muito embrionário, quase completamente inacabado:

*"(...) era mais do que questionável, dado o enorme peso do capital estrangeiro (então essencialmente britânico, alemão, francês, italiano, holandês, belga e austríaco, mas também, em proporções menores, já americano e japonês) e a grande superioridade da indústria estrangeira no mercado mundial, que ainda houvesse espaço nesse mercado, na época imperialista, para que a indústria capitalista em plena escala se desenvolvesse em países como a Rússia, Polônia e Turquia, para não falarmos do Brasil Índia ou China. Não poderia haver possibilidades de uma industrialização e modernização completa desses países, enquanto continuassem dentro da estrutura capitalista - uma estrutura que, na época do*

<sup>46</sup> PACHUKANIS, E. B. *Teoria geral do direito e marxismo*. São Paulo, Acadêmica, 1988, p. 73.

*imperialismo, envolvia a pressão do capital estrangeiro e a competição das mercadorias produzidas nos países adiantados. A falta de uma revolução agrária radical e a subordinação a um mercado mundial dominado pelo estrangeiro se combinavam, dessa forma, para restringir severamente, e talvez mesmo condenar ao fracasso, qualquer tentativa de uma industrialização em profundidade. Rússia, Brasil, China e Índia não repetiriam o caminho capitalista da Alemanha, Itália, Áustria ou mesmo Japão, porque não havia mais espaço para novas grandes potências industriais no mercado capitalista do mundo. (...)"*.<sup>47</sup>

Concretizada, portanto, a revolução proletária no país atrasado, no caso, a Rússia, e em seu bojo realizadas as tarefas que caberia à burguesia, o proletariado e seus aliados ligariam imediatamente essa revolução burguesa *sui generis* às medidas que tinham o socialismo como sinônimo. Em sendo assim, pois, ao proletariado deveria caber a tarefa de conduzir o país à modernidade. Para tanto, a referência a um período de "desenvolvimento capitalista" não poderia ser ignorado sob pena de tornar impossível a própria tarefa de erguer o socialismo.

Como já foi aqui observado, e nunca torna-se desnecessário acentuar, quando da eclosão da inadiável revolução socialista, o país atrasado contava com forças produtivas internas ainda muito baixas apesar do surgimento de um proletariado relativamente moderno, fato propiciado pela implantação de esferas industriais avançadas. Acontece que, relativamente ao socialismo, um período "prévio", específico, de *acumulação socialista* deveria ocorrer. Esta acumulação poderia muito bem, sem questionar o objetivo socialista, assemelhar-se a uma fase da acumulação capitalista. Porém, com uma grande e decisiva diferença: deveria ser uma acumulação de capital efetuada sem a presença da burguesia como classe política intrinsecamente dominante.

Do ponto de vista econômico a passagem ao socialismo seria impossível através de um "salto", deixando-se de lado uma "continuidade" positiva que o capitalismo oferecia em termos do desenvolvimento das forças produtivas. Ainda mais, isso se impunha pelo simples fato que essas forças produtivas representavam em seu desenvolvimento a condição material mais avançada para a produção que a humanidade conhecia. Assim, se seria possível, no plano político, saltar a etapa capitalista, no campo econômico o mesmo não poderia ser realizado completamente. Restaria ao proletariado conduzir o país ao socialismo por meio de uma via que não poderia ignorar, ao menos parcialmente, o capitalismo:

*"(...) o capitalismo é um mal em relação ao socialismo. O capitalismo é um bem em relação ao feudalismo, em relação à*

<sup>47</sup> MANDEL, 1980, op. cit., p. 13.

*pequena produção, em relação ao burocratismo inerente à dispersão dos pequenos produtores. Portanto, já que não temos forças para realizar a passagem direta da pequena produção para o socialismo, o capitalismo é, em certa medida, inevitável, como produto espontâneo da pequena produção e da troca, e por isso mesmo devemos aprovietá-lo (...) como um grau intermediário entre a pequena produção e o socialismo, como recurso, caminho, procedimento ou método para aumentar as forças produtivas. (...)"*.<sup>48</sup>

Conscientemente, quando da revolução, o proletariado empreenderia a supressão imediata, em termos dos poderes do Estado burguês, daquilo que se refere ao político. Paradoxalmente, contudo, o socialismo herdará do capitalismo, considerando a contemporaneidade deste, em diferentes graus de desenvolvimento, a depender do país onde a burguesia é expropriada, uma determinada forma organizativa da atividade econômica, como, por exemplo, um "aparelho técnico e econômico racional" indispensável. Lênin, ainda antes de 1917, destacaria esta questão do seguinte modo: "(...) para além do aparelho 'opressor' por excelência, representado pelo exército permanente, pela polícia e funcionários, existe no Estado contemporâneo um aparelho intimamente ligado aos bancos e aos cartéis, um aparelho que leva a cabo um largo trabalho estatístico e de registro, se assim podemos falar. Este aparelho não pode e nem deve ser quebrado. É preciso arrancá-lo da sua submissão aos capitalistas, **cortá-lo, separá-lo, cindí-lo**, dos capitalistas e de todos os seus meios de acção (...) O capitalismo criou **aparelhos** de controlo sob a forma de bancos, de cartéis, serviço postal, cooperativas de consumo, associações de empregados. **Sem os grandes bancos o socialismo seria irrealizável** (...). O capitalismo simplificou as funções de controlo e registro, reduzindo-as a operações pouco complicadas e acessíveis a quem que saiba ler e escrever".<sup>49</sup>

Sem dúvida, essa compreensão reflete conceitualmente a teoria da revolução permanente:

*"(...)podemos dizer que a passagem do poder às mãos do proletariado russo seja o começo de uma adaptação de nossa economia nacional aos princípios socialistas? Há uma ano atrás respondíamos a esta pergunta em um artigo que foi submetido a um violento fogo cruzado procedente das duas frações do nosso partido: 'Os operários parisienses - disse Marx - não esperavam que sua comuna fizesse milagres'. Tampouco hoje devemos esperar milagres políticos da ditadura do proletariado. O poder político não é*

<sup>48</sup> LENIN, W. I. *Sobre o imposto em espécie. O significado da Nova Política Econômica e suas condições*. In BERTELLI, Antonio Roberto (org.). *A Nova Política Econômica*. São Paulo, Global, 1987, p. 165.

<sup>49</sup> Apud LECLERQ, Y. *Teorias do Estado*. Lisboa, Edições 70, 1981, p. 101.

*todo poderoso. Seria absurdo supor que o proletariado, uma vez chegado ao poder, poderá, com ajuda de alguns decretos, substituir o capitalismo pelo socialismo.*

*Um sistema econômico não é o produto da atividade do Estado. O proletariado unicamente pode utilizar o poder político com toda sua energia com o fim de facilitar e abreviar o caminho da evolução econômica até o coletivismo. (...) A socialização da produção começa com as indústrias que apresentam menos dificuldades. A produção socializada, em sua primeira fase, aparecerá sob a forma de uns poucos oásis entrelaçados com as empresas privadas dentro do marco das leis de circulação de mercadorias.*

*Quanto mais amplo for o campo compreendido pela economia socializada, tanto mais óbvias serão as vantagens, tanto mais seguro se sentirá o novo regime político e tanto mais audazes serão as medidas econômicas seguintes do proletariado. Ao tomar estas medidas, não somente se apoiará nas forças produtivas nacionais, mas também na técnica internacional, assim como sua política revolucionária não se apoia exclusivamente nas experiências das condições de classe nacionais, e sim também em toda experiência histórica do proletariado internacional.' (...)"<sup>50</sup>*

Estas palavras de Trotsky dão bem uma idéia da problemática da organização econômica da transição. A possibilidade de ultrapassagem de um regime político democrático-burguês não assegura de modo algum que o desenvolvimento econômico característico da "etapa" burguesa deva ser desnecessário. Se assim fosse, as bases econômicas do socialismo, num país atrasado, deveriam ser assentadas sobre o primitivismo, o que, a bem da verdade, representaria puro idealismo. O desenvolvimento das forças produtivas em seu estágio histórico capitalista teria que conhecer sua existência no espaço do aparelho produtivo do Estado operário para que ganhassem a condição de pré-condição para o erguimento do socialismo: "(...) nenhuma formação econômica pode desenvolver-se sob forma pura, baseando-se unicamente na leis imanescentes de sua própria formação. Isto estaria em contradição com a própria idéia de desenvolvimento. A expansão de qualquer forma econômica implica o afastamento de outras formas, que se submetem e desaparecem progressivamente. (...)"<sup>51</sup>

A tradução econômica inerente a esta conclusão remete à questão essencial de que o socialismo, construído a partir das condições de um país atrasado, em seu primeiro estágio, ou seja, aquele correspondente ao lançamento de suas bases, demandaria mecanismos econômicos pertinentes, ainda, à economia de mercado e seus desdobramentos capitalistas. Mercado, livre iniciativa, acumulação privada e

<sup>50</sup> TROTSKY, *Resultados y perspectivas...*, op. cit., pp. 82-84.

<sup>51</sup> PREOBRAZHENSKY, 1979, op. cit., pp. 87-88.

dinheiro são expressões econômicas das sociedades mercantis-capitalistas que perdurariam por um tempo indeterminado no espaço do país que ingressa na era socialista. Mas, se representam categorias econômicas mercantis, elas estarão sob condução e vinculadas diretamente à buguesia por meio do princípio da propriedade?

Aqui reside a distinção primordial entre a existência dessas categorias na sociedade capitalista e a manifestação das mesmas no regime político do proletariado. Na sociedade do proletariado essas categorias deveriam estar subordinadas aos objetivos primordiais da classe social revolucionária e, por princípio, a propriedade dos meios de produção deveria pertencer à sociedade. A passagem ao socialismo, então, deveria ser entendida como reveladora de um quadro no qual estão presentes relações de produção próprias de modos produção distintos. Por conseguinte, essas relações denotam a participação da planificação e do mercado, destacando-se que o assentamento da **planificação** é o objetivo a ser perseguido e, nesse sentido, o mercado, ou a **lei do valor** é elemento que se "incorpora" à mesma, quer dizer, sujeita-se a ela.

Mas, antes de tudo, o que se deve ter em mente é que a percepção de que a organização dessa economia "mista" está implícita na análise sistêmica do capitalismo mundial efetuada pela teoria da revolução permanente. Nesse sentido, o funcionamento da economia no Estado proletário, em que estão presentes requisitos da economia de mercado, deve compreender esta última simultaneamente no sentido interno e externo. Assim como a consolidação do capitalismo enquanto um sistema mundial permitiu o florescimento de uma classe operária internamente ao país atrasado em condições de assumir o poder, o desenvolvimento desse mesmo país em direção ao socialismo não poderia ser efetuado sem considerar os vínculos com este sistema.

Decorre disto que, em primeiro lugar, o país atrasado em sua mobilização pela constituição interna do socialismo, teria esse trabalho extremamente favorecido diante do surgimento de revoluções proletárias nos países desenvolvidos. A consequência imanente à conformação de semelhante situação seria que, para o país atrasado, internamente, os mecanismos econômicos de mercado poderiam conhecer uma existência muito mais breve para a consolidação socialista, ou, seriam bem menos importantes. Posto que, em consequência dos laços econômicos estabelecidos entre os países quando da vigência do mercado mundial, estariam já criadas as condições para que esta ligação adquirisse outra qualidade, transformando-se de relações de exploração entre países para relações de solidariedade e complementação.



Em segundo lugar, o postergamento, mesmo que por prazo indeterminado, da revolução nos países adiantados não implicaria que as relações de mercado na constituição da atividade econômica interna negassem a sua contrapartida referente ao mundo capitalista exterior. A economia mista, evidentemente sob determinadas condições, que expressariam a determinação de implantação do socialismo como prioridade, bem entendido, deveria conter procedimentos que assegurassem a possibilidade de imprimir às relações com o próprio mercado mundial um caráter de positividade orientadas, mesmo que parcialmente, para o socialismo num contexto em que o Estado proletário prosseguiria, por um tempo indeterminado, "isolado" como uma ilha do projeto socialista universal.

A conclusão a que se pode chegar a respeito da dialética econômica transicional para o socialismo a partir da elaboração teórica de Trotsky implica um entendimento dual a respeito do "salto" para o socialismo permitido pela revolução proletária inaugural num país atrasado. Enquanto a tomada do poder pelo proletariado, apoiado em seus aliados de classe, no plano político, deva ser considerada como a ultrapassagem da etapa capitalista, sendo, portanto, indispensável, no plano econômico a configuração desta queima de etapa estaria em incompatibilidade com a dialética da revolução proletária mundial. Por conseqüência, resultaria num processo de transição econômica ao socialismo que poderia ser interpretada como um "salto não dialético", de potenciais graves conseqüências futuras para o próprio projeto socialista.

\*\*\*\*\*

A esta altura do estudo é possível delinear-se por aproximação um "modelo" conceitual e genérico que pode reproduzir a organização da sociedade, em seus grandes traços econômicos, políticos e jurídicos, na tentativa socialista para os países atrasados em seu período transicional. Evidentemente, ele é uma consequência do que foi observado até aqui a partir da interpretação do movimento histórico para o socialismo de acordo com a teoria da revolução permanente. O que pode ser extraído configura-se como o que se segue:

Em primeiro lugar, parece explícito que a sociedade socialista objetivada é representada por um conjunto de relações de produção onde a propriedade privada dos grandes meios de produção é suprimida, isto é, socializada, e passada ao controle estatal como representante da maioria (os trabalhadores em todos os seus matizes).

Em segundo lugar, nesta mesma sociedade coexistem, por um período finito, a atividade econômica planejada e atividades exercidas pela livre iniciativa, com a observação de que esta última atua através de concessões decididas pelo Estado e sujeitas aos ditames de um **Plano**. De outra maneira, pode-se dizer que coexistem uma lei da acumulação socialista (planificação) e a lei do valor (mercado e acumulação privada).

Em terceiro lugar, impõe-se que o poder político seja exercido exclusivamente pelos trabalhadores, conforme sua decisão, através de suas organizações, partidos, sindicatos, etc. Esta terceira suposição é necessária para a "viabilização" do modelo sugerido e, por isso, entendida como uma "ditadura do proletariado" ou qualquer outro termo similar, mesmo que se admita que esta forma de organização do Estado represente "opressão" de uma classe sobre outras.

Em consequência, poder-se-ia afirmar que neste Estado da transição ao socialismo, o direito positivo, em parte, reproduz a implementação de mecanismos que representam a experiência capitalista. Como o universo burguês não é suprimido de imediato na instalação da nova sociedade, depreende-se que relações econômicas daquele permanecerão transitoriamente preservadas como, por exemplo, o salário individual como expressão do valor da força de trabalho. Mas, a "continuidade" dessas relações, no entanto, a rigor, antes de tudo deve ser vista como uma "recriação" das mesmas. É o direito burguês empregado inevitavelmente nesta "etapa inferior do comunismo". Mas, se o socialismo (comunismo) é o resultado a ser obtido, o Estado deverá ser organizado com mecanismos que impeçam este direito de elevar-se acima do regime econômico dominante.

Diria-se que, em face das exigências imediatas do consumo, da produção e da distribuição, há a necessidade do *Estado burguês*, o qual é posto pelo Estado socialista, o que implica considerar-se que o primeiro pode subsistir mesmo com a ausência da burguesia:

"(...) As normas burguesas de repartição, quando incitam o crescimento da força material, devem servir a fins socialistas. Mas o Estado adquire imediatamente um duplo caráter: socialista, na medida em que defende a propriedade coletiva dos meios de produção; burguês, na medida em que a repartição dos bens tem lugar segundo padrões de valor capitalistas, com todas as consequências que decorrem deste fato. (...) A fisionomia definitiva do Estado operário deve definir-se pela modificação da relação entre as suas tendências burguesas e socialistas (...)."<sup>52</sup>

Tendo como pano de fundo a teoria da revolução permanente e com o propósito de "derivar" a constituição do Estado na transição ao socialismo a partir da teoria do modo de produção e, conseqüentemente, da teoria marxista do Estado burguês, uma questão substantiva é sugerida: como se compõe o caráter da nova sociedade? Ou, em outras palavras, como é composta esta sociedade civil em termos das categorias discutidas anteriormente, a saber, o conjunto das relações de produção e relações jurídicas pressupostas que emanam dos indivíduos produtores e que possibilitam o estabelecimento do direito positivo deste Estado e a legalização dessas relações jurídicas? Dir-se-ia inicialmente, tendo como base o pré-requisito da propriedade social dos meios de produção, que aqui a contradição entre essência e aparência concernente ao caráter das relações de produção não toma a forma de uma transmutação na qual a aparência prevalece e é institucionalizada através do corpo de leis tal como a que vigora na sociedade capitalista no sentido da afirmação da dominação burguesa.<sup>53</sup>

E não poderia ser de outra maneira, pois no socialismo (*stricto sensu*) não há o intercâmbio de valores (mercadorias) que opõem proprietários e produtores tornados iguais somente perante a lei do Estado. O fundamento sobre o qual se constitui a relação jurídica legalizada é a *propriedade coletiva* dos meios de

<sup>52</sup> TROTSKY, Leon. *A revolução traída*. São Paulo, Global, 1980, p. 41.

<sup>53</sup> Para esta discussão que tem como base a teoria marxista do Estado lançou-se mãos dos seguintes textos: ALTVATER, E. *Some problems of state interventionism: the "particularization" of the State in bourgeois society*. In HOLLOWAY, J. e PICCIOTTO, S. (eds.). *State and capital; a marxist debate*. Austin, University of Texas Press, 1979; HOLLOWAY, J. e PICCIOTTO, S. *Introduction: towards a materialist theory of state*. In HOLLOWAY e PICCIOTTO, 1979, op. cit. FAUSTO, R. *Marx: lógica e política*. São Paulo, Brasilinse, Tomo II, 1987. HIRSCH, J. *Elementos para una teoría materialista del Estado*. In *Críticas de la economía política*. México, D. F., Nos. 16 e 17, 1979; LECLERCQ, Y. *Teorias do Estado*. Lisboa, Edições 70, 1981; LENIN, W. I. *A sociedade de classes e o Estado*. In LENIN, W. I. *Lenin*. São Paulo, Ática, 1978; LENIN, W. I. *O Estado e a revolução*. São Paulo, Hucitec, 1979.

produção. Neste sentido, o Estado "conscientemente" espelha a realidade (concretude) da relação social fundamental (a propriedade coletiva) que se apresenta como princípio desta sociedade. O Estado não será chamado a exercer papéis que representem a obliteração da realidade econômica aos olhos da maioria. Com isso, pode-se afirmar que a infraestrutura da sociedade está explicitada na superestrutura sem o véu da fetichização.

Entretanto, temos que considerar que o socialismo (*lato sensu*), ou seja, na fase de transição, não comporta apenas os trabalhadores como classe social única e homogênea. Estão presentes também outras expressões de classe, entre as quais, sobretudo, a burguesia. Além da sua presença em termos ideológicos, verificada inclusive em indivíduos não burgueses, tomando-se como referência a segunda suposição do modelo acima descrito, verifica-se a existência, ainda que por concessão da classe dominante, do princípio da acumulação privada que continua produzindo a troca "desigual" entre indivíduos. Esta é uma contradição inevitável em face da "necessidade" de conciliar o planejamento e o mercado nesta fase do socialismo, porém com a notável distinção de que ela (a contradição) não se apresenta com o conteúdo da oposição essência *versus* aparência, dado que, no seu princípio, quer dizer, ao se constituir, a maioria opta por organizar a sociedade a partir de um "desejo" explícito, conscientemente premeditado, qual seja, a supressão jurídica e formal dos elementos estruturais constitutivos da desigualdade, parte dos quais será *temporariamente mantida* como componente de um modo de produção cujo regime de propriedade se distingue - e está em oposição - daquele que o precedeu.

Tratando-se agora mais de perto das funções econômicas do Estado na transição ao socialismo, dizer-se-ia que, em função dos pressupostos colocados e pelo desenvolvimento teórico que foi exercitado até o presente momento, coloca-se abertamente a idéia de *racionalidade*. Esta racionalidade tem caráter duplo por implicar uma acumulação socialista que recorre ao cálculo capitalista. Esta concepção pode ser traduzida na forma dos mecanismos e, procedimentos econômicos que devem ser utilizados com o Estado cumprindo um papel indispensável na sua condução e implementação. À semelhança das funções econômicas do Estado capitalista, no que se refere à sua intervenção sobre o mercado livre no sentido de neutralizar os efeitos negativos das leis de tendência, neste estágio do socialismo uma das funções primordiais do Estado será o de conduzir a bom termo, no sentido da consolidação socialista, o conflito operado entre, como será visto no capítulo III, a acumulação socialista e a lei do valor. Para tanto, coloca-se a exigência da montagem do aparelho econômico na transição por se reconhecer que a planificação, deixada sua condução a cargo dos "agentes"

socialistas, isto é, sem a mediação estatal, tende a ser neutralizada pela lei do valor, também se esta é deixada, em sua atuação, a cargo dos "capitais individuais".

Torna-se admissível o estabelecimento de mecanismos econômicos que configuram a intervenção estatal enquanto um aparelho produtivo voltado para a realização da acumulação primitiva exigida para a edificação do socialismo. A atividade do Estado socialista se revestirá, então, de determinadas funções que encaminharão a realização prática de tal objetivo. Esta pode ser identificada na forma da administração de um sobreproduto que será repartido entre os agentes da produção, quer sejam socialistas ou capitalistas que aí atuem, mas de tal forma, isto sim, a garantir seu direcionamento à criação das condições para a reprodução ampliada socialista. A título de exemplo, para descrever um possível arranjo que expresse a atuação do Estado operário segundo pressupostos da acumulação primitiva socialista, poder-se-ia ter o setor estatal constituído pela grande indústria, a rede bancária e o comércio exterior, e o setor privado comandando a agricultura e o comércio interno. Evidentemente todas as alternativas de arranjos deveriam permitir a modificação e o desaparecimento da lei do valor e das leis da economia mercantil-capitalista segundo prazos e ritmos que não podem ser determinados a priori.

O *dirigismo econômico* é a marca notória da função econômica do Estado nesta fase da transição socialista; sua principal finalidade é a de impor *correções e orientação* às atividades do mercado. Este, neste sentido, é o ponto de partida para a ação econômica estatal, a qual, então, pode ser traduzida como uma "regulação" das atividades mercantis.

Como conclusão, pode-se ainda acrescentar, à guisa de ilustração, que a intervenção estatal, levando em conta os traços gerais de suas funções, acima explicitadas, pode ser desdobrada em algumas linhas, que carecem de outros desenvolvimentos: 1) Organização dos quadros sócio-econômicos e da planificação social (considerando: as categorias mercantis dentro do setor econômico estatal e a estatização, socialização e posse social dos meios de produção); 2) Estabelecimento de formas e métodos da planificação socialista e nível de desenvolvimento das forças produtivas (considerando: a delimitação do setor socialista e do setor privado, a organização do setor socialista e a organização das trocas no plano interno quanto no plano externo); 3) Enfrentamento da problemática dos preços (considerando: a teoria do valor e a planificação dos preços e a especificidade do problema dos preços na economia de transição).<sup>54</sup>

<sup>54</sup>A respeito das funções econômicas do Estado na transição ao socialismo ver BETTELHEIM, Charles. *A transição para a economia socialista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969, caps. 2, 3 e 6.

## CAPÍTULO II

### A RUPTURA STALINISTA: A NEGAÇÃO DA DIALÉTICA DA TRANSIÇÃO

#### INTRODUÇÃO

O estudo das causas e conseqüências da Revolução Russa, assim como o de outros eventos históricos, pode assentar-se em perspectivas metodológicas diversas. A partir delas, diferentes explicações podem ser adotadas para justificar os resultados e fenômenos observados no que concerne a este objeto de investigação científica. E em que pese o sagrado direito de escolha metodológica seria difícil abandonar o critério econômico-social como o ponto basilar da análise, e assim estabelecer a via através da qual ela se espraiaria molecularmente. Em outras palavras, provavelmente padeceria de rigor, e estaria bastante fragilizada, uma tentativa de interpretação a esse respeito que adotasse o caminho inverso.

Como poucas vezes foi salientado, o fenômeno da stalinização da União Soviética não pode ser entendido em seus fatores determinantes sem que se recorra primordialmente às manifestações econômico-sociais que espelham determinadas situações históricas. Isto remete às diversas tentativas que procuraram explicar o stalinismo, por exemplo, como uma derivação de uma suposta variável de autonomismo autoritário implícita no marxismo ou no chamado leninismo. Além das suposições que realçam a primazia dos elementos "psicológicos" próprios da "natureza" humana, para não falar dos argumentos favoráveis à teses da tendência compulsiva dos indivíduos à adoração do poder e da inevitabilidade do Leviatã, assim como as teorizações que se preocupam em

principalizar o papel exercido pelos grandes líderes nas transformações históricas.<sup>55</sup>

Com efeito, quanto ao movimento histórico, observa-se sem surpresas que as condições materiais de uma sociedade resistem em desaparecer diante da natureza das relações sociais projetadas no sentido de definir-lhe seu novo destino. Mesmo assim, muitos poderão acreditar que se um país opera o gigantesco esforço revolucionário que resulta na destituição da classe dominante que prevalecia até então como possuidora dos meios de produção, este passo político fundamental apresentar-se-ia como condição necessária e suficiente para a consolidação da nova sociedade que se colocara em projeto quando da deflagração do evento histórico transformador.

Essa interpretação aplica-se de forma exemplar ao caso particular da Rússia. Tratava-se, quando da realização revolucionária, de um país que conhecia profundas transformações apontando para o predomínio das relações capitalistas, sem que, entretanto, pudesse ser afirmado que as mesmas já detinham uma posição tão importante da qual pudesse ser constatada uma acentuada perda de espaço das relações pré-capitalistas e das expressões políticas e de classe que delas emanavam. Acrescentando-se a esse quadro uma avassaladora sucessão linear de eventos portentosos - a primeira guerra mundial, a guerra civil e a "virada" de Stalin no final da década de 20 - não seria difícil concluir que enormes barreiras retardavam a superação das relações capitalistas e pré-capitalistas na via do socialismo. Frente a essa estrutura de relações sociais bastante heterogênea, a qual se agregava os efeitos limitadores dos eventos históricos mencionados, poderia ser afirmado que o movimento de passagem ao socialismo tendia a ser neutralizado pela perpetuação potencial do ambiente social correspondente ao estágio pré-revolucionário, em que pese a constatação, como princípio geral, da presença da propriedade coletiva dos meios de produção.

Procurando-se detectar elementos de paralelismo entre o processo de despontamento e desenvolvimento do capitalismo e o processo que converge para o nascimento e evolução do socialismo - e reafirmando-se o pressuposto que o socialismo não pode ser inteligível como uma realização nacional - é possível verificar que as transformações históricas que desaguaram no modo de produção burguês apareceram pela primeira vez em todas suas dimensões num determinado país, mas, na verdade, a consolidação capitalista neste espaço geográfico nada

---

<sup>55</sup> Uma consistente tentativa de conceituação do stalinismo poder ser vista em LEWIN, Moshe. *Para uma conceituação do stalinismo*. In HOBBSAWN, Eric. et. alii. *História do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, Vol. VII, 1986, pp. 203-240.

mais representava do que a síntese de muitas determinações que abarcavam um conjunto considerável de povos e nações de todo o mundo simultaneamente. De tal sorte que, se a Inglaterra implantara em primeiro lugar a democracia liberal-burguesa e a industrialização abrangente, este resultado não poderia ser considerado como uma consequência de um fenômeno exclusivamente inglês. Uma "economia mundial" era exigida e surgia, antes de tudo, para que aquele país, por diversas razões, adquirisse a condição de depositário privilegiado da experiência burguesa.

Analogamente, ao analisar-se em perspectiva a possibilidade do socialismo, seria completamente infundado afirmar-se que, desde que a burguesia fosse substituída pelo proletariado num determinado país, este automaticamente teria assegurado seu ingresso no socialismo. Quer dizer, as novas de relações de produção, que num primeiro momento tem uma conotação mais legal do que econômica, não constituem condição suficiente para que o socialismo seja aí implementado de forma conclusiva. Segundo a lógica dialética implícita ao modelo marxista, desenvolvido até as duas primeiras décadas do século XX, a implantação da ditadura do proletariado não pode ser igualada à obtenção dos requisitos básicos para a construção definitiva do socialismo, e essa afirmação é válida para qualquer país que venha a realizar a revolução proletária.

Ainda de acordo com o marxismo, o socialismo procede do capitalismo e como tal a nova sociedade deve ser vista como desaguadora de um processo em que o capitalismo, aparecendo como pressuposto, é tomado como uma *totalidade*. Assim, obrigatoriamente, a *economia mundial* é uma categoria de análise indispensável para se entender o capitalismo do século XX e, por extensão, os processos revolucionários que conduzem ao socialismo. E como já foi aqui observado, apenas esta configuração metodológica permite justificar no contexto da interpretação marxista o início da experiência socialista a partir de um país capitalista atrasado.

O atraso russo, situado no conjunto do mundo capitalista, por um lado, criava as próprias condições para que o processo revolucionário socialista conhecesse sua aurora ao seu interior. Contudo, por outro lado, este mesmo atraso, ainda no terreno da economia mundial, exigia outros desdobramentos no sentido do desfecho positivo do socialismo no espaço particular da Rússia. Tais desdobramentos representavam o estabelecimento de relações de intercâmbio econômico que espelhassem o carreamento para o interior das fronteiras do país atrasado das forças produtivas desenvolvidas encontráveis nos países capitalistas avançados. Evidentemente, a construção do socialismo seria uma possibilidade muito mais



concreta na Rússia se estas relações econômicas, de parte a parte, acontecessem sob a égide do socialismo.

Advogando-se que o socialismo é um fenômeno objetivamente internacional e materialmente positivo, a situação concreta enfrentada pela URSS após 1917 apontava para o sentido oposto. As condições materiais internas degradantes, o desenvolvimento econômico atrasado e o relativo isolamento perante o mundo capitalista, antepostos à inexorabilidade da luta pela necessidade, apresentaram-se como o caldo de cultura para o surgimento das deformações que o projeto socialista conheceria em um espaço de tempo muito curto. A degenerescência burocrática, mesmo não significando o retorno ao antigo capitalismo, aconteceu em concomitância com a formação de um segmento social particular.

Esta inédita resultante histórica, a burocracia, assumindo a condição de condutora dos rumos da sociedade originada da revolução de outubro a partir de circunstâncias materiais extremamente propícias, para legitimar-se como continuadora natural do projeto socialista de inspiração marxista, teria que desenvolver uma nova e indispensável formulação teórica. Ela teria como fundamento a negação dos supostos da teoria que orientara as atitudes decisivas daqueles que comandaram a derrubada da burguesia e seu regime monárquico na antiga Rússia.

O interesse neste capítulo é o de discutir a *teoria do socialismo num só país*, antes de tudo, localizando-a como uma construção *ideológica*, posto que surge não como uma contribuição alinhada com o desenvolvimento do marxismo, mas, sobretudo, como o envoltório "teórico" de atitudes político-econômicas voltadas para retenção do poder por parte de uma determinada camada social. Colocada de acordo com esta orientação metodológica ver-se-á que a teoria do socialismo num só país, em oposição à teoria da revolução permanente, significou um rompimento com a lógica dialética da transição ao socialismo. Com sua aplicação a URSS ficou exposta a um processo degenerativo que a levaria ao fracasso como projeto de inspiração socialista em face das medidas adotadas em consonância com a lógica utópica e reacionária da *autarquia* econômica, as quais serão analisadas mais detalhadamente no último capítulo.

Longe de representar a justificativa teórica adequada para a suposta única alternativa "socialista" possível diante do atraso, quer-se afirmar aqui que a teoria do socialismo num só país representou, em virtude do próprio atraso, sob determinadas condições, a negação da transição ao socialismo. Trata-se, de fato, do aporte doutrinário adequado ao provimento das medidas econômicas consoantes

com a consolidação da burocracia enquanto camada dirigente em oposição ao objetivo primordial propugnado pela revolução de outubro.

## 2.1 ATRASO ECONÔMICO, LIMITAÇÃO MATERIAL E GESTAÇÃO BUROCRÁTICA

O grande "salto para a frente" determinado por Stalin no final da década de 20, que transfigurou completamente a sociedade soviética, não pode ser admitido como um conjunto de medidas improvisadas adotadas numa situação de desespero, portanto, fruto do raciocínio operando apressadamente frente a pressões impostas pela situação objetiva. Não. A partir de 1929 as medidas econômicas que passaram a ser implementadas a toque de caixa, a "coletivização forçada" e a "industrialização acelerada", representaram a escolha entre diferentes alternativas logicamente consistentes com a "teoria do socialismo num só país".

A estratégia do "isolamento", porém, já se definira entre os anos 1924 e 1925, do que se seguiria uma política econômica de trajetória conscientemente errática, assumindo diferentes formas à medida que a situação concreta requisitasse procedimentos e atitudes necessárias à manutenção do poder. É em consonância com essa lógica que deve ser interpretada, por exemplo, a importante questão da política da burocracia com relação ao campesinato, o qual em momentos distintos, foi eleito como o aliado indispensável ou como o inimigo a ser combatido vigorosamente.

Entretanto, deve ser observado preliminarmente que a teoria utilizada pela burocracia como uma concepção de sociedade e de estratégia surgiu depois que o fenômeno da burocratização soviética conheceu sua gênese. Esta última coincide muito mais com uma manifestação espontânea radicada nas condições materiais e menos como um produto previamente concebido segundo formulações de teoria ou de doutrina. Evidentemente, ninguém inventaria o stalinismo como um resultado previsível e, provavelmente, nem o próprio Stalin, antes que as condições propícias se apresentassem, teria sonhado em se transformar na personalidade histórica que o mundo viria a conhecer em pouco tempo.

Semelhante interpretação é admitida ao considerar-se que, em um momento determinado, aquele segmento que mais tarde viria a reter o poder definitivamente, uma vez vislumbrada tal potencialidade, passaria a colocar a necessidade absoluta

de valer-se de um recurso teórico-doutrinário com o objetivo de transformar esta potencialidade em realidade. Na altura de 1923-24, contudo, o passo definitivo para a consolidação do poder, esbarrava num obstáculo de difícil transposição, posto que implicava uma passagem da esfera do pragmatismo para o plano da elaboração teórica. Ao mesmo tempo representava uma exposição pública que obrigaria, em parte, o abandono da obscuridade denotada pelos movimentos executados exclusivamente no interior do aparelho.

Sobremaneira, então, a elaboração doutrinária pretendida pela burocracia deveria municiá-la para fazer frente aos seus adversários políticos, em especial o agrupamento que se formara em torno de Trotsky em 1923 e com o qual disputava diretamente o poder. Provavelmente porque a "oposição de esquerda", minoria nos principais órgãos decisórios do Estado e do Partido Bolchevique já antes da morte de Lenin, não obstante, dispunha de uma base teórica consistente a partir da qual poderia fazer proposições relacionadas aos procedimentos inerentes à transição e simultaneamente credenciar-se para ocupar a posição de maioria. Era uma bagagem política que vinha desde a revolução de 1917, para não mencionar uma data precedente, o que não fugiria a verdade, e representava um dispositivo teórico relativamente bem incorporado à cultura da sociedade, portanto, dispondo de razoável penetração popular por ter sido testado na prática.

Logo, vale dizer que se tornou indispensável para Stalin empreender uma "teorização" alternativa, a qual deveria prestar-se ao cumprimento da função de doutrina justificadora de uma posição de domínio político que se tornava realidade, antes de tudo, por meios práticos e movimentos pragmáticos encetados através dos canais e estruturas estatais e partidárias. Este gesto representava uma procura de legitimidade que não poderia ser obtida interna e externamente apoiada somente na representatividade pública de dirigente partidário, a qual, a bem da verdade, situava-se num patamar de credibilidade reduzida relativamente aos principais dirigentes que conduziram a revolução e a mobilização de resistência durante a guerra civil. Com isso, quer-se afirmar que a teoria de Stalin conheceu um processo de gestação e desenvolvimento, o que justifica a afirmação de que o "giro espetacular" operado em 1929-30, que visava "eliminar os kulaks como classe", substancialmente estabelecido em 1934 e completado como modelo no final dos anos 30,<sup>56</sup> apoiou-se não sobre uma base teórica nascida ao acaso, mas orientou-se através de uma diretriz doutrinária adrede formulada.

---

<sup>56</sup> HOWARD, M. C. and KING, J. E. *A history of marxian economics*. New Jersey, Princeton University Press, 1992, volume II, 1929-1990, p. 24.

Em meio à situação material precária e adversa que o país enfrentava após a consolidação da tomada do poder com o final da guerra civil, a presença pública de Stalin como comentador das questões econômicas mais importantes começou a ser notada mais enfaticamente ao longo do ano de 1924. Não por acaso, acontecia na esteira do vazio provocado pela derradeira crise de saúde de Lenin, que o retirou definitivamente de cena, e depois do fortalecimento prático obtido em função de energias obtidas com a degenerescência material, assim, facilitando sobremaneira sua ascensão. Decididamente, portanto, já antes de 1924, nos bastidores, suas ações já podiam ser observadas em adiantado estágio de desenvoltura, em que pese suas características contrárias às normas éticas adotadas pelos bolcheviques na luta política interna, e mesmo quando o principal líder ainda detinha sua conhecida lucidez e influência sobre o Partido.

Atualmente já não é mais possível ignorar que as distorções que caracterizavam o fenômeno da burocratização encontravam-se em adiantado estágio de evolução bem mais cedo do que supunha a maioria daqueles que opinaram a respeito do assunto, o que confere maior credibilidade à tese de que a construção ideológica stalinista foi iniciada a partir de uma posição material e política razoavelmente avançada:

*"(...) O período do stalinismo foi uma tragédia para todos os povos que habitam a URSS. Nosso interesse profissional está justamente nas origens deste fenômeno, nas suas raízes, porque a historiografia habitualmente determinava que o stalinismo, ou a chamada sociedade stalinista como tal começou a desenvolver-se a partir do ano de 1929, com a chamada coletivização. Para nós, as raízes são mais profundas e os acontecimentos são anteriores. Por isso investigamos o período de 1921-24, período que consideramos o mais importante para que se possa entender o que se passou no nosso país. Hoje se fala muito (...) sobre a chamada 'alternativa de Bukharin' em 1929 e de outras alternativas também. Do nosso modo de ver, em 1929 já não existia mais nenhuma alternativa, pois tudo já havia sido decidido anteriormente entre os anos de 1923 e 1924. (...) O estudo objetivo e aprofundado dos arquivos do Partido, que foram recentemente liberados, permite ao pesquisador descobrir progressivamente o verdadeiro encadeamento dos fatos históricos. Neste processo, o período de 1922 a 1924 é de interesse primordial para a história do stalinismo: é o período no curso do qual foram estabelecidas as bases do futuro modelo stalinista da sociedade, como conseqüência de amargas lutas internas no Partido, onde se decidiam alternativas reais. (...)"<sup>57</sup>*

<sup>57</sup> PODTCHEKOLDIN, Aleksandr. *Origens dos privilégios dos apparatchiks na URSS: os novos dados da investigação histórica*. In NÓVOA, 1993, op. cit., pp. 64-65.

Com efeito, antes do tratamento analítico a respeito do conteúdo da teoria do socialismo num só país cabe investigar as manifestações pré-ideológicas que contribuíram para a gênese da burocracia. Para esse fim, ao se enfatizar o elemento material como variável motivadora decisiva das transformações, faz-se necessário considerar a história russa no período pré e pós revolução de outubro para ter-se ciência do quão regressivos, do ponto de vista do desenvolvimento econômico e cultural, apresentaram-se os acontecimentos relacionados ao período que se inicia com a primeira guerra mundial e finaliza com a guerra civil.

A progressiva curva da modernização russa conheceu uma inflexão positiva até o início da primeira grande guerra. Significou, como se sabe, uma expressiva ampliação das atividades industriais, muito embora, apesar dos decretos anti-feudais relacionados à questão fundiária datados de 1861, a agricultura tenha progredido de forma insuficiente em direção a uma composição do mercado capitalista. Sobretudo a indústria, e com ela uma acentuada urbanização, apresentava-se com maior importância quanto ao desenvolvimento das forças produtivas para o provimento de uma base de continuidade do desenvolvimento econômico com preocupações socialistas. Contrariamente, a combinação dos eventos do pós guerra ao mesmo tempo em que contribuiu para a destruição da indústria, simultaneamente, no que respeita ao campo, por conta da revolução em seus próprios objetivos programáticos de democratização da propriedade da terra, ironicamente, conduziu, por força das circunstâncias, ao retorno a uma forma de coletivismo pré-capitalista (O *mir*. comuna rural) no qual o campesinato, fechando-se em si mesmo, resgata antigas práticas econômicas e, associadas a elas, valores culturais e religiosos conservadores na contra-mão das transformações progressistas. Involução industrial e fortalecimento de um coletivismo agrícola conservador trouxeram juntos uma alteração do cenário da iniciativa das classes sociais presente no imediato pré-revolução, reduzindo na perspectiva do socialismo, já em meio ao evento final, a guerra civil, a força da classe revolucionária e dinâmica, o proletariado, embora minoritária, e ampliando a capacidade de influência da classe mais retrógrada e majoritária, o campesinato:

*"(...) Para resumir os resultados da revolução e da guerra civil, pode-se afirmar que, embora os dirigentes revolucionários soubessem muito bem que o país não estava maduro para o socialismo (e, por isso, alimentou-se freqüentemente a esperança de que seriam resgatados por uma revolução no Ocidente), não se deram conta do fato de que, no final, iriam se encontrar diante de uma situação bem mais atrasada do que a da Rússia czarista. Como dissemos, muitos importantes resultados para o desenvolvimento de uma sociedade mais moderna, alcançados pela Rússia czarista, foram destruídos pelos eventos; o novo regime iria começar sua atuação num quadro*

*social que nem mesmo com o maior esforço de imaginação podia ser considerado como orientado para objetivos socialistas. Enquanto tanto o setor urbano quanto o agrícola, cada um a seu modo, regrediam ou alteravam sua fisionomia social e política, a sociedade russa não estava de modo algum em ascensão, mas era atravessada, ao contrário, por duas curvas regressivas que limitavam sua possibilidade de escolha, impondo dolorosos dilemas e limitações. O grosso da nação - os camponeses - não constituía uma força dinâmica e não se podia pretender que oferecesse ao país uma saída. A única força dinâmica, nessa fase, era representada pelo novo Estado. (...) O novo Estado, encontrando-se diante de um corpo social menos articulado e menos capaz de ação, mudou seu papel: encarregava-se crescentemente das organizações - o Partido, a burocracia, o exército - , até o momento em que, mais tarde, esse se tornou o único método possível. (...)".<sup>58</sup>*

O novo Estado passou a conhecer sua existência logo após outubro de 1917 e imediatamente teria que se preocupar quase exclusivamente com a manutenção do poder, naquela altura já fustigado tenazmente pelas classes dominantes do antigo regime. Sobressaía ao novo regime a urgência da organização e da mobilização militar, fato que resultaria na constituição do Exército Vermelho e o recurso a expedientes excepcionais de regulação, distribuição e circulação econômica, questões que implicariam na implantação do Comunismo de Guerra.

Um primeiro impulso para a ascensão ao controle político do aparelho estatal e partidário por parte de um agrupamento espúrio aos interesses dos fundadores do novo regime, apoiada nos elementos materiais e políticos adversos à progressão do projeto socialista, encontrou ambiente propício em virtude da implementação inevitável de dispositivos especiais voltados para a regulação econômica e para a tomada de decisões de ordem política numa situação de extrema excepcionalidade. A configuração dos elementos de excepcionalidade deu oportunidade ao surgimento da estrutura regulatória e decisória conhecida como o Comunismo de Guerra, a qual, é necessário reconhecer, transformou-se em força estimuladora de uma insólita construção superestrutural cujo traço decisivo indicava a fusão da estrutura do Partido Bolchevique com o organismo estatal.

Dentre as componentes do Comunismo de Guerra que traduziam a ultracentralização das decisões políticas e econômicas encontrava-se a desqualificação dos mecanismos da democracia operária, evidentemente não prevista no programa do bolchevismo para cumprimento após a tomada do poder. O enfraquecimento do

<sup>58</sup> In Lewin, 1986, op. cit., pp. 220-221.

processo deliberativo e decisório baseado na participação direta das classes trabalhadoras, em particular dos operários, assume a condição de pré-requisito para a gestação do fenômeno da burocratização. Por conseguinte, os mecanismos legais e institucionais que se formaram ao sabor da necessidade e da improvisação tomaram a forma do *meio* adequado ao engendramento de "(...) *um estrato ou camada burocrática que preservara as bases econômicas do socialismo (coletivização dos meios de produção), mas colocando-as a serviço de seus interesses particulares de categoria social privilegiada (...)*".<sup>59</sup>

Como não poderia deixar de ser, expressa as dificuldades materiais próprias de um Estado que enfrentara por um período relativamente prolongado as adversidades do conflito militar tanto interna como externamente. A prioridade do recrutamento de homens para a recomposição do corpo militar e o acentuado decréscimo da atividade econômica conduziu à uma redução drástica do tamanho e da importância do proletariado dentro do espectro interno das classes sociais:

*"(...) A guerra civil de 1918-1920 provocou uma dramática inflexão no desenvolvimento do país. No início da Nova Política Econômica, em 1921, não somente a economia soviética estava tomada pelo caos, mas as cidades se haviam despovoado, a burguesia fora destruída, e, com ela se perdera boa parte do talento profissional, administrativo, cultural e intelectual da nação. Ainda mais grave, do ponto de vista do regime, foi intenso o enfraquecimento da classe operária, se se considera o fato de que a morte, as mobilizações, as promoções e a marginalização haviam devorado quase a metade da força de trabalho industrial especializada. Ainda hoje os estudiosos não captaram plenamente os resultados desses ruinosos abalos. Foi como se grande parte do desenvolvimento social e econômico experimentado pela Rússia depois de 1861 tivesse sido varrida, e a cultura - espiritual e política - houvesse regredido a uma fase anterior, primitiva, difícil de definir e datar. (...)"*.<sup>60</sup>

Instalara-se uma situação extremamente precária para que decisões, alinhadas com intervenções rápidas e emergenciais, fossem adotadas em condições minimamente condizentes com a prática da democracia operária. Esta, que fora posta imediatamente em ação através dos Conselhos Populares (soviets) no bojo da derrubada do tzarismo em 1917, transformando-se nos organismos legislativos e fiscalizadores decisivos, foi rapidamente substituída pela ação deliberativo-executiva exclusiva dos dirigentes partidários e funcionários estatais nos vários níveis hierárquicos. Este substituísmo, mesmo que admitido a princípio em condições improvisadas e transitórias, foi colocado em prática por meio de

<sup>59</sup> COGGIOLA, Osvaldo. *O colapso da União Soviética e os prognósticos do marxismo*. In COGGIOLA, O. (org.). *História e crise contemporânea*. São Paulo, FFLCH-USP, Pulsar, 1994, p. 30.

<sup>60</sup> In Lewin, 1986, op. cit., p. 217.



medidas de exceção que "(...) configuram sem dúvida um desvio de rota relativamente ao paradigma da Comuna de Paris e ao próprio conceito de ditadura do proletariado, já que em vez da direção política da sociedade pela classe operária organizada, isto é, em vez de ditadura de classe, havia na Rússia soviética a ditadura do Partido Bolchevique (...)"<sup>61</sup>

Em face do caos, configurava-se a presença de elementos organizativos à disposição do novo regime. Estes, poderiam ser encontrados no aparelho de Estado herdado do antigo regime e que se mantivera praticamente intacto, pois, em virtude da própria guerra civil, tornara-se impossível dispor de tempo hábil para efetuar a sua substituição por formas estatais próprias da ditadura do proletariado. Sendo assim, só restava recorrer ao corpo de funcionários moldado pelas velhas estruturas estatais para fazer funcionar precariamente um dispositivo emergencial de sobrevivência econômica. Por sua vez, sabe-se que parte considerável da elite profissional que conduzia administrativamente e militarmente o Estado autocrático era recrutada das classes proprietárias, aquelas mesmas que ao serem sufocadas pelo Estado ficavam impedidas de se desenvolverem economicamente e de se diferenciarem socialmente.<sup>62</sup> Mas, não somente este recurso organizativo foi utilizado; o Partido Bolchevique dispunha igualmente de uma estrutura que funcionava relativamente bem em todo o país. Contudo, nas condições da guerra civil fora igualmente esvaziado de seus elementos operários e ocupada por um enorme massa de indivíduos incultos e despreparados, mas ao mesmo passara a ser objeto de atenção por parte daqueles elementos também originados das antigas classes proprietárias, que, sob pretexto de adesão ao socialismo, acorriam ao Partido e passavam a ocupar postos de importância: também o Partido refletia o declínio geral do país.

Esta era a composição social da burocracia estatal e partidária: formada em sua elite por elementos pequeno-burgueses, recrutados nas classes proprietárias que encontravam dificuldades extraordinárias para ascenderem socialmente à posição da livre acumulação capitalista, que se voltavam para oportunidades aptas a granjear-lhes distinção pública e privilégios materiais. Poderiam fazer tudo o que fosse necessário para não ter sua ambição frustrada. Apresentavam-se, como se vê, enquanto uma verdadeira matéria prima a disposição de um autocrata que pretendesse organizar um dispositivo visando a conquista do poder.

<sup>61</sup> QUARTIM DE MORAES, João. *A difícil supressão das relações mercantis*. In *Crítica Marxista*. São Paulo, Brasiliense, Vol. 1, No. 1, 1994, p. 68.

<sup>62</sup> In KNEI-PAZ, 1985, op. cit.

O terreno difícil da economia criou a possibilidade de reprodução e desenvolvimento, e ao mesmo tempo de utilização, de estruturas propensas a auto existência: aqui deve ser localizado um elemento explicativo fundamental para o fortalecimento da burocracia em direção à posição de poder de Estado. O esforço militar obrigara a concentração da atividade produtiva na elaboração daqueles bens destinados ao front. Ao mesmo tempo, essa atividade se fazia em um volume extraordinariamente reduzido em consequência da destruição avassaladora das forças produtivas que a Rússia possuía antes de eclodir a primeira guerra mundial. Não é preciso muita perspicácia para deduzir que uma enorme escassez de gêneros vitais à sobrevivência da população se instalou inexoravelmente. Nesse ambiente de extrema adversidade a burocracia tem sua importância substantivamente elevada para além de suas funções tradicionais. Assume funções de regulação e distribuição da produção, adquirindo com isso um papel indispensável que, naquelas circunstâncias, não poderia ser atribuído a qualquer outra instituição presente no espaço da velha Rússia pela simples razão de que a mesma não existia. Reinando absoluta na administração da escassez, "(...) a burocracia surge onde a luta pela existência individual ocupa um lugar dominante nas energias da sociedade. Sua função é aliviar os conflitos que essa luta origina, tirando privilégios dessa função. A burocracia tem como base da sua autoridade a ausência de artigos de consumo, e a luta de todos contra todos que resulta dessa ausência (...)".<sup>63</sup>

Um outro elemento que deve ser citado como reforçador da gênese do fenômeno burocrático situa-se no plano internacional. Desde o primeiro momento, como é bem sabido, constava das formulações teóricas e estratégicas que ensejaram a Revolução Russa o seu caráter internacionalista, como assim o concebera a teoria da revolução permanente. Também não é de desconhecimento público que a revolução proletária, subjetiva e objetivamente preparada, sobretudo na Alemanha, teve seu desfecho positivo abortado pela iniciativa da social-democracia germânica que aliou-se a sua própria burguesia. Como resultado, a ausência da esperada solidariedade internacional para a Rússia a partir do proletariado de um país industrialmente avançado implicou no agravamento da escassez de bens de consumo e de produção e, por consequência, conferiu maior importância ao papel regulador da burocracia.

Terminada a guerra civil, no final de 1920 o Comunismo de Guerra foi substituído pela NEP, mas este fato não implicaria numa imediata regeneração estatal em conformidade com a ditadura do proletariado e nem no retorno a curto

<sup>63</sup> In COGGIOLA, 1994, op. cit., p. 69.

prazo a uma atividade partidária mais aberta e democrática que refletisse minimamente a recuperação da função primordial dos soviets; sem dúvida, estes eram requisitos indispensáveis para a recondução da burocracia ao exercício de seu papel natural dentro do aparelho de Estado. Infelizmente, as raízes da degeneração burocrática estavam lançadas em virtude dos acontecimentos anteriores e, por isso, somente medidas excepcionais poderiam mudar os rumos das coisas. Mas, por conta da perduração de manifestações adversas, sobretudo no campo político registrava-se a permanência de normas restritivas. Estas, evidentemente, incentivavam a desenvoltura burocrática.

Assim, um segundo impulso estimulador da ascensão da burocracia apareceu revestida de uma formalidade que visava a melhoria do funcionamento orgânico do Partido Bolchevique em meio a restrição da democracia dentro do próprio partido dominante e a interdição da mesma para os demais partidos socialistas presentes na sociedade. Em 3 de abril de 1922, com a concordância de Lenin, Josef Stalin foi nomeado para o recém criado e pouco importante cargo de Secretário Geral do Comitê Central do Partido. Quase imediatamente, porém, com base neste dispositivo organizativo, em face das transformações regressivas que se operavam no seio da sociedade soviética, Stalin viu-se diante de uma situação extremamente privilegiada para erguer-se como força política de grande envergadura. Amparado, então, nas expressões sociais e políticas em estado de degeneração em ebulição, soube disso se aproveitar para construir e fortalecer extraordinariamente sua influência e poder sobre o aparelho partidário e estatal e, por extensão, sobre toda a sociedade:

*"Lenin não considerou que a função de secretário era uma possibilidade de concentração de todo o poder nas mãos de uma só pessoa. O Secretariado, no entanto, podia influenciar sobre a ordem dos debates, sobre a direção política, e isto lhe permitiu ter uma posição estratégica importante em relação às ordens da direção, assim como o direito de nomear cargos, o que fazia do Secretariado um instrumento ideal de manipulações políticas".<sup>64</sup>*

Dentro desse *habitat* localizava-se o terreno fértil que permitiu à burocracia levantar-se como força política equivalente ao *status* de uma classe social, sem, contudo, apresentar-se socialmente como tal. Vê-se, então, que imediatamente após a tomada do poder a gestação burocrática se iniciara pela simples razão de que o país mergulhara numa guerra civil provocada pela contra-revolução, o que, conseqüentemente, levaria à escassez, à penúria e às restrições democráticas já mencionadas.

<sup>64</sup> In TUCKER, Robert. *Stalin caminha para o poder: 1879-1929*. Apud PODTCHERKOLDIN, op. cit., pp. 65-66.

Após a nomeação de Stalin para a Secretaria Geral a expansão burocrática foi tão acelerada que Lenin viu-se na contingência de, transcorridos apenas nove meses depois de tomada aquela decisão, propor a destituição do mesmo argumentando que ele tinha concentrado em suas mãos um grande poder: "(...) A construção deste poder exorbitante, sua concentração nas mãos de Stalin e de seus colaboradores circunstanciais que lhe eram pessoalmente devotados e que constituiriam mais tarde o cimo da partidocracia no poder, se projetaram em três direções fundamentais:

1. Crescimento do aparelho do Partido e dos Sovietes, que passaram a ser a mesma coisa, crescendo com ele.
2. Criação de um mecanismo rígido de submissão do aparelho ao seu centro constituído não pelo Comitê Central ou pelo **Bureau de Organização**, mas diretamente pelo Secretariado do Comitê Central.
3. Aumento dos poderes e privilégios dos **apparatchks** e, por conseguinte, a transformação burocrática de sua maioria (...).<sup>65</sup>

Estas pesquisas recentes efetuadas pelo historiador russo Podtchekoldin após a liberação dos arquivos secretos, como consequência da "liberalização" da *Glasnost*, ajudam a comprovar que no período 1922-1924 uma série de medidas discricionárias foi adotada em favor dos membros do aparato e que estão na raiz da constituição do fenômeno do stalinismo. Trata-se, entre outras, da adoção de mecanismos de nomeação para cargos exclusivamente por meio do Secretariado em detrimento de procedimentos eletivos, a criação de gratificações pecuniárias para funcionários e o estabelecimento de uma diferenciação salarial extremamente favorável aos membros do aparelho em comparação ao salário médio dos trabalhadores da produção.

Em seus levantamentos dos documentos internos, antes de obtenção impossível, Podtchekoldin pode observar que em 31 de julho de 1922

(...) o **Bureau de Organização** adotou uma medida para 'o melhoramento do nível de vida dos empregados do Partido'. Este documento merece especial atenção.

Ele fixava de forma estrita os salários dos funcionários das células do Partido, das empresas ou de células rurais: trinta rublos, fixando-se no nível da 12a. qualificação. Para os membros do Comitê Central, para os da Comissão Central de Controle e para os

<sup>65</sup> PODTCHEKOLDIN, 1993, op. cit., p. 66.

*secretários de comitês regionais, o salário se fixava em quarenta e dois rublos por mês. Os salários dos altos funcionários dos órgãos econômicos e dos comunistas do governo eram da mesma ordem.*

*Se um funcionário do Partido tinha família de três pessoas, recebia um suplemento de 50% por 'trabalhos efetuados fora das horas do **Bureau**'.*

*Os impostos sobre os altos salários, sobre o que era costume se chamar 'os salários máximos do seio do Partido' eram completamente simbólicos e se aplicavam aos salários a partir de 64 rublos. Para dar uma medida de comparação, no verão de 1922, o salário médio na indústria era de aproximadamente 10 rublos por mês, baixando até 6 rublos e 88 kopeks (...).<sup>66</sup>*

São essas evidências concretas que autorizam a conclusão de que ao final do ano de 1922 já se constituíra parte considerável do mecanismo através do qual Stalin ascenderia à posição de ditador da URSS e líder incontestável da fração burocrática.

A consolidação do poder burocrático se tornaria praticamente irreversível a partir de 1924. Contudo, seus alicerces se encontravam em tão avançado estágio de desenvolvimento nos dois primeiros anos após o fim da guerra civil, que tornou-se inevitável aos seus adversários na luta interna organizarem-se com a preocupação de reverterem o quadro já profundamente deformado, pois tornara-se evidente que Stalin e seus aliados agiam na prática como uma verdadeira "fração", obviamente não autorizada pelas instâncias partidárias. Como resposta à ação deletéria da burocracia em formação, no ano de 1923 é organizada a "oposição de esquerda". Em outubro do mesmo ano ela emitiria um manifesto ao Comitê Central do Partido Comunista Russo procurando abrir o debate político e sensibilizar os membros da agremiação que comandara a revolução. Ela propunha um "novo curso" ao Partido que acabou não se verificando. A chamada "Plataforma dos 46" apontava sinteticamente os elementos contrários ao caráter democrático e socialista decorrentes da imposição burocrática, ao tempo em que prognosticava os desastres que estavam por vir:

*"(...)A extrema gravidade da situação nos obriga (no interesse do nosso partido e no interesse da classe operária) a declarar abertamente que a continuidade da política da maioria do Politburo acarretaria graves desastres para todo o partido. A crise econômica e financeira iniciada no final de julho deste ano, com todas as conseqüências políticas, compreendidas aquelas internas ao partido, mostrou implacavelmente a ineficiência da direção do partido no*

<sup>66</sup> Ídem, p. 67.

campo econômico e sobretudo no campo das relações internas do partido (...).

(...) Não acreditamos que tudo se deva à ineficiência política dos atuais dirigentes do partido; pelo contrário, ainda que divergimos deles na apreciação da situação e na adoção dos meios adequados para modificá-las, consideramos que os atuais dirigentes não poderiam deixar de ser designados pelo partido para os postos mais importantes na ditadura proletária. Nós explicamos os erros pelo fato de que por detrás da aparência externa da unidade oficial está em prática um recrutamento unilateral de indivíduos e uma condução dos assuntos que é unilateral e adaptada às opiniões e simpatias de um grupo restrito.

Como consequência de uma condução do partido distorcida por tais considerações estreitas, o partido está deixando em grande medida de ser aquela viva coletividade independente que, com sensibilidade, se agarrava à realidade das coisas porque estava ligada a esta realidade mediante grande fibra. Comprovamos, ao contrário, a sempre crescente, e hoje apenas oculta divisão do partido entre uma hierarquia secretarial e as "pessoas caladas", entre funcionários profissionais do partido designados desde cima e a massa geral do partido que não participa da atividade comum.

Este é um fato conhecido dos filiados do partido. Membros do partido estão insatisfeitos por esta ou aquela decisão do Comitê Central ou de um comitê provincial, tem esta ou aquela dúvida em sua mente, que reservadamente enfatizam este ou aquele erro, irregularidade ou desordem, tem medo de falar deles nas reuniões partidárias, ou às vezes até nem conversam sobre tais problemas, a menos que o interlocutor seja absolutamente de confiança desde o ponto de vista da "discrição"; a livre discussão no interior do partido praticamente desapareceu, a opinião pública do partido está sufocada. Na atualidade, não é o partido, não é o conjunto de seus filiados que promove e escolhe os membros dos comitês provinciais e do Comitê Central do PCR (b). Pelo contrário, a hierarquia secretarial do partido elege cada vez mais com maior frequência os participantes das conferências e congressos, que estão cada vez mais se convertendo em assembléias executivas desta hierarquia.

O regime instituído no interior do partido é absolutamente intolerável; destrói a independência do partido, substituindo-o por um aparato burocrático recrutado que atua sem oposição em períodos de normalidade, mas que inevitavelmente a suscita nos momentos de crise e ameaça tornar-se completamente ineficiente frente aos sérios acontecimentos provocados pela crise. (...)<sup>67</sup>.

<sup>67</sup> In TROTSKY, Leon. *El nuevo curso/Problemas de la vida cotidiana*. Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente, No. 27, 1974, pp. 110-113.

Na verdade, com a tentativa de desmontagem do poder de Stalin adquirido até o XII Congresso do Partido, no início de 1923, quando Lenin propusera sua destituição do posto de Secretário Geral, ficara evidente as relações de poder já estabelecidas na época. Nem a iniciativa da principal autoridade partidária foi suficiente para enfraquecer o aparato burocrático e o politiburo "secreto". A absorção da tentativa de golpe foi tão eficiente por parte de Stalin que em 1926 a viúva de Lenin, Krupskaja, declararia que "*se Lenin ainda estivesse vivo hoje estaria na cadeia*".<sup>68</sup>

Acontece que Lenin retirou-se da cena política um ano depois da realização do XII Congresso, portanto, inviabilizando a comprovação da declaração de sua esposa. E mesmo que se admita um tom alarmista nas preocupações de Krupskaja, não resta dúvida que a morte de Lenin facilitou imensamente a desenvoltura de Stalin. No próprio funeral de Lenin ele já discursava publicamente projetando-se como seu sucessor. Pouco depois, apresentando-se como o principal representante não confesso de uma "hierarquia dos secretários", em cujo topo ele se encontrava absoluto, faltava proceder à elaboração teórica que o credenciasse à condição de condutor inquestionável do "socialismo" soviético e das aspirações socialistas do restante da humanidade.

---

<sup>68</sup> Apud MANDEL, 1995, op. cit., p. 61.

## 2.2 A DIALÉTICA ECONÔMICA DA TRANSIÇÃO II: A PRÉ-CONDIÇÃO EXTERNA PARA A REALIZAÇÃO DO SOCIALISMO

A pretensão de Stalin de elevar-se publicamente à condição de continuador do marxismo e de legítimo herdeiro da posição de principal líder bolchevista condicionou sua inserção nos debates internos que se processavam tradicionalmente dentro do Partido Bolchevique. Os debates ocorriam intensamente em torno das questões que exigiam respostas efetivas no sentido de superação dos inúmeros e graves problemas que afligiam a Rússia soviética nos primeiros anos da década de 20. Nesse sentido, para a vitória política de Stalin concorreram também, em que pese sua propalada indigência intelectual, suas intervenções nessas discussões e não apenas sua influência e poder amealhados em consequência da aplicação de seus conhecidos métodos tidos como desleais, torpes e astutos.<sup>69</sup>

Todavia, para que se tenha uma noção da trajetória do desenvolvimento teórico de Stalin se faz necessário compreender, antes de tudo, seu caráter de ruptura com o paradigma que o marxismo desenvolvera até então acerca das diretrizes que deveriam ser seguidas na via da consolidação do socialismo. Esta ruptura vincula-se explicitamente àquela variável do *modelo* da teoria da revolução permanente que foi discutido mais detidamente na seção 1.2 deste trabalho. Refere-se ao pré-requisito representado pela concretização da revolução em escala internacional, abarcando sobretudo os países desenvolvidos. Num outro plano, trata-se de discutir quão necessário apresenta-se, para a construção socialista no país atrasado, o estabelecimento de relações com o mundo exterior. Isto porque a linha teórica perseguida por Stalin dizia respeito à questão fundamental da possibilidade de erguimento do socialismo exclusivamente ao interior de um país particular, uma vez que as condições históricas da Rússia resultantes das adversidades inerentes aos elementos materiais impunham obrigatoriamente semelhante reflexão. Evidentemente, Stalin não pinçou do nada o mote que lhe daria oportunidade para participar do debate teórico, mas localizou-o nas condições sócio-econômicas concretas.

<sup>69</sup> MEDVEDEV, Roi A. *O socialismo num só país*. In HOBBSBAWM, Eric J. et al. (orgs.). *História do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, vol. VII, 1986, p. 45.



É por essa razão que assume lugar de importância para a compreensão da discussão aqui proposta tomar conhecimento das questões de método implícitas nas visões concebidas pelos próprios fundadores do socialismo científico a respeito das formas de relações externas a ser praticadas pela organização social que deveria substituir o capitalismo e do posicionamento dos dois principais líderes da Revolução Russa no que concerne à mesma questão para a futura Rússia proletária.

Num primeiro momento, não seria equivocado afirmar que os requisitos definidos por Marx e Engels ganham a condição de princípios que não seriam revogados pela evolução histórica ulterior. Desde o início de sua conversão ao socialismo Marx e Engels tinham claro que a possibilidade de efetivação do socialismo num país isolado estava em dissonância com os fundamentos da sociedade que se estabelecera como sua precedente, os quais impunham determinada qualidade nas relações econômicas constituídas entre os povos e nações presentes no quadro da sociedade humana sob o capitalismo.

Relações mercantis elevadas a um patamar jamais alcançado entre os seres humanos localizados em seus espaços geográficos particulares, o que não impedia a configuração de especificidades em virtude do registro de múltiplas circunstâncias de ordem econômica, étnica, religiosa, cultural, etc. Conquanto as especificidades, neste sentido, próprias a cada povo/nação/Estado não devam ser menosprezadas, a consolidação do "Estado nacional" é um produto direto do próprio processo de gênese e desenvolvimento da sociedade capitalista. Dessa maneira, o capitalismo, em seu surgimento na Europa no final da idade média, também tem como sinônimo "(...) *uma convergência singular de diversos fatores históricos, desfavoráveis simultaneamente à manutenção da coesão étnica e ao predomínio de uma entidade religiosa globalizante (...)*".<sup>70</sup>

Vale dizer, aquelas especificidades se esmaeciam enquanto individualidades no conjunto humano relativamente homogêneo das relações de produção burguesas que, já no século XIX, as perpassavam inapelavelmente. A individualidade é arrastada para o âmbito de um *mercado mundial* e de uma *divisão internacional do trabalho*.

Embora rejeitando a idéia do prevailecimento do socialismo num só país, Marx e Engels, evidentemente, não poderiam furtar-se a discutí-la argumentando contra tal possibilidade diante da colocação inevitável da questão pelos seus seguidores.

<sup>70</sup> In COGGIOLA, Osvaldo. *Engels, o segundo violino*. São Paulo, Xamã, 1995, p. 67.

Estes eram constantemente premidos a considerá-la em face às circunstâncias e particularidades inerentes à luta revolucionária pelo socialismo em diferentes países. Num determinado momento, quando os comunistas tentavam dar forma ao primeiro programa de uma organização proletária internacionalista, Friedrich Engels escreveu a seguinte passagem, que merece atenção detida, num texto intitulado *Princípios do comunismo*:

*"Poderá esta revolução (comunista) acontecer somente num único país? Não. A grande indústria, criando o mercado mundial, já ligou todos os povos da terra, especialmente os civilizados, a tal ponto que cada povo depende do que ocorre com o outro. Além disso, ela nivelou o desenvolvimento social em todos os países civilizados, de sorte que em todos estes países burguesia e proletariado tornaram-se as duas classes decisivas da sociedade, e a luta entre estas duas classes tornou-se a luta principal de nossos dias. Assim, a revolução comunista não será somente uma revolução nacional, será uma revolução que ocorrerá **simultaneamente em todos os países civilizados, ou seja, pelo menos na Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha**".<sup>71</sup>*

Sendo este um texto pioneiro, uma questão nele presente foi reformulada posteriormente, provavelmente em consequência do acelerado desenvolvimento que o capitalismo conheceria nos anos seguintes. Trata-se da exigência que equiparava a realização da revolução socialista à *simultaneidade* da revolução em vários países. É possível concluir pela leitura do texto acima que havia um rigor excessivo relativamente ao mecanismo da revolução. Uma explicação aceitável para semelhante interpretação distorcida da dialética da totalidade advém do fato de que Marx e Engels, por perceberem a inevitável interdependência econômica que se formara entre os países, fizeram uma ilação inapropriada no que concerne ao processo revolucionário.

Por conseguinte, no teor da reformulação passa a estar presente a possibilidade da "revolução nacional", entretanto, com a importante ressalva de que a mesma ganharia a condição de "ponto de partida" ou "adesão" a um processo em generalização. De maneira que a implantação do socialismo passa a ser vista como um processo que deveria atingir o conjunto da humanidade compreendida pela Europa, pois se encontravam naquele continente a imensa maioria dos países capitalistas adiantados.

Este processo, se depreende, é conceituado como representativo da formulação de um novo requisito, isto é, adquiria o conteúdo daquele que

---

<sup>71</sup> Apud MEDVEDEV, 1986, op. cit., p. 46. Grifos de R. Medvedev.

substituiria a lógica da *simultaneidade*. Ele é representado pela avaliação que compreendia a finalização do processo de construção do socialismo de acordo com uma lógica de *gradualismo*, sem, no entanto, negar um necessário *moto-contínuo*. Encontra-se, novamente em Engels, em afirmações escritas próximo do final do século XIX, uma síntese da fórmula da "revolução socialista europeia":

*"O desenvolvimento industrial da França restou inferior ao da Inglaterra; neste momento, é inferior ao da Alemanha, que fez passos de gigante depois de 1860; no dia de hoje o movimento operário na França não é comparável ao da Alemanha. Mas nem os franceses nem os alemães nem os ingleses terão sozinhos a glória de esmagar o capitalismo; se a França - talvez - der o sinal, será na Alemanha, o país que mais profundamente foi permeado pelo socialismo e em que mais profundamente a teoria penetrou nas massas, que a luta se decidirá; no entanto, nem a França nem a Alemanha terão a vitória definitivamente assegurada enquanto a Inglaterra estiver nas mãos da burguesia. A emancipação proletária só pode ser um fato internacional, e se quiserem fazer dela um fato simplesmente francês os senhores a tornarão impossível".<sup>72</sup>*

Ao contrário do que afirma Medvedev ao interpretar estas palavras, não há a insistência na defesa da tese que postulava a simultaneidade na deflagração e realização da revolução europeia. O que, sim, deve ser observado é a necessidade de uma linearidade, um fio condutor, sem, contudo, descuidar-se da possibilidade de retrocessos, posto que Marx e Engels tinham perfeita clareza da manifestação dialética presente nos diferentes graus de desenvolvimento entre aqueles países imposta pela *lei do desenvolvimento desigual*.

Por outro lado, a grande ausência a ser notada nos desenvolvimentos teóricos efetuados pelos criadores do materialismo histórico diz respeito, como já foi discutido no capítulo I deste trabalho, à possibilidade do "ponto de partida" estar situado num país atrasado do mundo capitalista. E da mesma maneira que foi necessário esperar por uma melhor definição da totalidade chamada modo capitalista de produção para rejeitarem a hipótese da simultaneidade, Marx e Engels, no final de suas vidas, ainda mantinham suas atenções para a compreensão das possibilidades definitivas da *revolução burguesa mundial*, enquanto a *revolução proletária* continuava ocupando um lugar secundário em suas avaliações. Entretanto, como bem se sabe, a categoria da *totalidade* capitalista caracterizada em concordância com a categoria do *imperialismo* só passou a ser possível quando da conclusão do século XIX.

---

<sup>72</sup> Apud MEDVEDEV, idem, pp. 47-48.

A generalização capitalista, sobretudo sobre solo europeu, levou à introdução das relações burguesas naqueles países onde o processo de transição a partir do feudalismo era extremamente lento e penoso e, portanto, retardatário, *vis a vis* aqueles que já se tinham constituído em potência econômica e política. Ao mesmo tempo, a burguesia, enquanto classe revolucionária, nesses novos países que conheciam o capitalismo, não era mais do que uma pálida lembrança do papel desempenhado pela sua antecedente nos principais países da Europa quando das grandes vagas que transformaram aquele continente.

Foi a consolidação dessa nova desigualdade no desenvolvimento dos países capitalistas que estimulou novos estudos marxistas e que resultaram nas contribuições, por exemplo, de Lenin, Bukharin, Hilferding e Rosa Luxemburgo para a teoria do imperialismo. Sem dúvida, estas novas análises aparecidas entre o final do século XIX e as primeiras duas décadas do século XX, foram de inestimável importância para o passo importante que seria dado pelo marxismo no sentido de abraçar a tese de que a revolução proletária poderia ser iniciada num país relativamente atrasado.

Por isso, não pode ser admitida como correta a avaliação de alguns autores, entre os quais mais uma vez se inclui Roi Medvedev, de que Lenin e Trotsky, quando da formulação de suas análises relativas, respectivamente, ao imperialismo e à teoria da revolução permanente, entraram em rota de colisão com a tese de Marx e Engels de que o socialismo não seria possível num país isoladamente. Mesmo assim, acredita-se, o erro de Medvedev está em não definir rigorosamente os conceitos relativos ao *socialismo* e à *revolução proletária*. A igualação destes dois conceitos implica em confusão na interpretação das idéias dos principais autores do marxismo e, ao mesmo tempo, contribui para o enfraquecimento da crítica à teoria do socialismo num só país, pois a técnica da confusão foi um expediente particularmente útil a Stalin na produção de sua ideologia.

A construção da objetividade socialista, vista enquanto sociedade "final", para Marx e Engels exigiria uma vitória *definitiva* do proletariado num determinado número de países, entre os quais *necessariamente* deveriam estar presentes aqueles onde o capitalismo lograra alcançar seu maior grau de desenvolvimento. Quer dizer, tendo as forças produtivas alcançado certo nível de evolução, o que justificava e exigia o advento do socialismo, este só poderia ser reconhecido enquanto tal se um processo de trocas, de qualidade diferente relativamente àquelas encontradas nas relações mercantis internacionais, pudesse ser estabelecido no sentido do aproveitamento de todas as potencialidades inerentes às condições materiais de cada país tomado isoladamente. Assim, o socialismo só

seria concretizado se o mesmo se definisse como uma *totalidade* caracterizada pelo intercâmbio econômico em bases solidárias entre as nações, mas ainda antes que fosse colocada em questão a permanência do Estado e das fronteiras nacionais. Daí, não resta dúvida quanto a impossibilidade de um único país, por conta própria, elevar-se ao socialismo, mesmo que se apresentasse como o mais desenvolvido dos países capitalistas.

Com efeito, via de regra, o termo "revolução socialista", fartamente encontrado nos textos das principais cabeças pensantes do marxismo, deve ser associado ao termo que se refere à "revolução proletária" e não ao "socialismo" entendido como sociedade final, aquela a que Marx chamou de "a primeira etapa do comunismo". Feito este esclarecimento, deduz-se que não é possível concordar com Medvedev quando afirma que Lenin diverge de Engels quanto à possibilidade de efetivação do socialismo num só país. Na verdade, no texto de Lenin de 1915, citado por Medvedev, ele é claro na explicação de que, isto sim, a *revolução socialista* poderia acontecer pela primeira vez num só país, mas o faz dentro da norma metodológica rigorosa, isto é, dentro da exigência de que tal evento deveria situar-se na condição de "momento inicial":

*"A desigualdade do desenvolvimento econômico e político é uma lei absoluta do capitalismo. Disto resulta que é possível o triunfo do socialismo, inicialmente, em alguns países ou mesmo num só país capitalista, tomado separadamente. O proletariado vitorioso deste país, expropriados os capitalistas e organizada no próprio país a produção socialista, se poria **contra** o resto do mundo capitalista, atraindo para si as classes oprimidas dos outros países, inflamando-os para que se insurjam contra os capitalistas, intervindo em caso de necessidade até com a força armada contra as classes exploradoras e seus Estados".<sup>73</sup>*

Não obstante, essa formulação de Lenin, elaborada após a deflagração da primeira guerra mundial, ainda não incorporava a norma teórica da possibilidade de deflagração da revolução proletária num país atrasado conforme a inovação desenvolvida por Trotsky. Sem dúvida, o texto de Lenin acima referido, embora admita a possibilidade de, inclusive, um único país comportar-se como ponto de partida, naquela oportunidade ainda revelava o ceticismo do autor quanto à possibilidade de que o sucesso revolucionário num determinado país atrasado, mesmo sob condução da classe operária, pudesse ser caracterizado como uma "revolução proletária". Na situação em questão o principal líder bolchevique acreditava que, quando muito, a iniciativa do proletariado deveria convergir para o desdobramento da democracia liberal e do capitalismo, cujo desabrochar seguia

<sup>73</sup> Apud MEDVEDEV, *ibidem*, p. 49.

emperrado em virtude da incapacidade da burguesia. Dessa maneira, deve ser entendido que, até aquele momento, quando Lenin se referia a possibilidade da "vitória" da revolução proletária "*mesmo num só país capitalista*", excluía a Rússia e qualquer outro país atrasado.

Se a respeito da interpretação das opiniões de Lenin seja possível equivocarse em virtude de uma possível ausência de explicitude, já no caso de Trotsky é inadmissível concluir-se que o mesmo duvidara quanto ao fato de que o socialismo só seria possível desde o ponto de vista internacional. É notório que desde o início do século XX ele já concluía que um país atrasado poderia chegar em primeiro lugar à revolução socialista, mas continuava a concordar peremptoriamente com a tese de que o socialismo não poderia ser edificado por um único país, e muito menos por um país capitalista subdesenvolvido. O texto de Trotsky, dado a conhecer antes da primeira guerra mundial, utilizado por Medvedev para ilustrar sua suposta divergência com Engels prova justamente o oposto:

*"(...) O fato de que nenhum país deva 'ficar esperando' os outros em sua luta é uma consideração elementar, que é indispensável e útil repetir a fim de que uma ação internacional paralela não seja substituída pela de uma inatividade internacional fadada à espera. Sem esperar os outros, nós começamos e continuamos uma luta no terreno nacional com a absoluta certeza de que nossa iniciativa dará impulso à luta noutros países; se isto não acontecer, é inútil esperar - como provam a experiência histórica e considerações teóricas - que, por exemplo uma Rússia revolucionária consiga permanecer isolada diante de uma Europa conservadora, ou que uma Alemanha socialista possa permanecer isolada num mundo capitalista".<sup>74</sup>*

Como se sabe, mais tarde Lenin abraçou a tese que concebia a possibilidade de realização da revolução proletária na Rússia, mantendo-se fiel ao princípio do internacionalismo proletário como pressuposto indispensável à vitória do socialismo, entendendo que a mesma deveria ser compreendida como um resultado de conjunto, como uma obra coletiva a ser empreendida por vários países. E, corroborando esta convicção, nos primeiros anos após 1917 Lenin explicitou sua impressão de que a Revolução Russa corria grande risco de não subsistir enquanto evento de *per sí*. Isto é, a manutenção do regime da ditadura do proletariado, quando muito, adquiriria uma estabilidade precária, sendo o mais provável, então, o retorno ao capitalismo desde que não viesse a ajuda de outros países europeus na forma da solidariedade proletária. Assim entendia porque se afigurava caricatural aos bolcheviques a idéia, atribuída a eles pelos mencheviques, de um projeto de

<sup>74</sup> Apud, MEDVEDEV, *ibidem*, p. 49. Grifos meus.

"socialismo aldeão" para a Rússia e, mais ainda, a perspectiva de implantação de uma "sociedade socialista independente" naquele país.<sup>75</sup>

O caráter internacional da transformação socialista da sociedade russa foi admitido como insubstituível pelos bolcheviques quando decidiram pela tomada do poder na famosa Conferência de abril de 1917 cuja resolução, sob influência decisiva de Lenin, rezava o seguinte: "*o proletariado russo entrando em ação num dos mais atrasados países da Europa entre a massa de uma população de pequenos camponeses, não pode fixar sozinho a meta de uma realização imediata da transformação socialista*".<sup>76</sup> Contida nesta resolução se encontrava também o entendimento de que, embora o proletariado devesse prosseguir após a tomada do poder na consecução de tarefas de caráter eminentemente socialistas, tais como a nacionalização da terra, a socialização dos grandes meios de produção, o controle bancário, etc., isto por si só não assegurava que o socialismo poderia ser estabelecido tão somente com a implantação dessas medidas.

Ainda de acordo com Trotsky, Lenin nunca tinha aventado a hipótese de o proletariado russo trabalhar com o objetivo da criação de um Estado socialista isolado, como posteriormente seus epígonos tratariam de propalar para dar suporte moral à elaboração de seu ideal ideológico. Estava claro para ele que o pioneirismo do proletariado russo na realização da revolução socialista não lhe conferia nenhuma garantia de que chegaria primeiro ao socialismo do que outros países. E isto pela simples razão de que a desigualdade do desenvolvimento capitalista que ensejou a própria revolução proletária na Rússia não desaparecera com ela; ao contrário, conhecera um aprofundamento deveras significativo.

Nesse sentido, não pode ser considerada uma mudança de posição de Lenin acerca da dependência da economia socialista soviética em relação à economia mundial o fato de que tenha sugerido o recuo à utilização de medidas mercantis-capitalistas assim que passou a ficar mais claro o inevitável adiamento da ascensão do proletariado ao poder em outros países europeus, particularmente na Alemanha. O retardamento da revolução internacional não deveria implicar que a URSS deveria se isolar do resto do mundo para construir o "seu" socialismo. Tanto é verdade, que a NEP foi instalada como um conjunto de medidas perfeitamente de acordo com o espírito da transição ao socialismo em que a dependência do mercado internacional é reconhecida. O modelo de desenvolvimento elaborado por Lenin, discutido no capítulo III desse trabalho, é bastante claro no reconhecimento da necessidade da manutenção das trocas comerciais com os países capitalistas,

<sup>75</sup> TROTSKY, 1977, op. cit., vol. 3, p. 1012.

<sup>76</sup> Apud TROTSKY, idem, p. 1017.

particularmente os mais adiantados, e na entrada do capital estrangeiro para o desenvolvimento de projetos, sobretudo na grande indústria. Obviamente, tudo isto deveria acontecer sob outras condições nas quais estaria presente o controle consciente desse processo por parte do poder do proletariado.

E, em 1930, analisando a NEP de forma retrospectiva, Trotsky inclusive chega à conclusão de que, mesmo com a ocorrência da revolução européia nos anos que se seguiram imediatamente à Revolução Russa, teria sido inevitável o recuo na linha da NEP. De forma que, representa um grande equívoco a afirmação que atribui a implantação da NEP a uma nova concepção de Lenin segundo a qual o socialismo deveria ser construído no espaço nacional russo/soviético sem esperar pela ajuda do proletariado externo que estava fadada a fracassar.

Em 1921, reforçando essa conclusão, portanto no mesmo ano em que foi decidida a implantação da NEP, no Décimo Congresso do Partido, Lenin comentaria a respeito das pré-condições necessárias à transição ao socialismo na URSS num contexto em que a organização interna da economia soviética deveria ser acomodada de acordo com as necessidades do amadurecimento da revolução no ocidente:

*"Nos países de capitalismo desenvolvido há uma classe de trabalhadores agrícolas assalariados que foi formada no curso de algumas décadas...Onde esta classe se mostre suficientemente esclarecida, a transição do capitalismo para o socialismo é possível. Temos acentuado numa série de artigos, em nossos discursos, em todas as nossas obras já editadas, o fato de que na Rússia a situação não é assim. Na Rússia nós temos uma minoria de trabalhadores na indústria e uma enorme minoria de pequenos donos de terras. Num país assim, a revolução só pode encontrar o rumo do sucesso sob duas condições: primeiro, ser apoiada oportunamente por uma revolução social encetada em um ou vários países progressistas...A outra condição é um acordo entre o proletariado que retém o poder estatal e a maioria da população rural...Somente um acordo com os camponeses pode salvar a revolução socialista na Rússia até que a revolução comece em outros países".<sup>77</sup>*

O procedimento organizativo exigido para o processo econômico pós-revolucionário demandava a utilização da economia de mercado, mas inevitavelmente refletindo uma "aliança" entre o proletariado e o campesinato, a qual Lenin chamava de "acordo". Este acordo foi a base para a NEP, o recurso político necessário à existência do poder proletário, mas que não substituiu de

---

<sup>77</sup> Apud TROTSKY, idem, p. 1033.



forma alguma a revolução internacional, o indispensável requisito para a criação da base econômica de uma sociedade socialista na Rússia.

É bem verdade que seria aconselhável ao estudioso da Revolução Russa não desconsiderar, ao analisar os documentos produzidos à época, uma certa tendência em superestimar a certeza quanto à inevitabilidade da propagação da revolução para outras nações européias. Conquanto seja possível atribuir o exagero às rigorosas exigências políticas da época, por outro lado, seria fácil desmentir a interpretação que reconhece naqueles mesmos pronunciamentos, ainda mais por conterem alta dose de entusiasmo, qualquer importância à tese que apontaria a garantia do socialismo num só país como um desdobramento natural em concomitância com a hipótese do fracasso da revolução internacional. Na ausência da revolução internacional, situação que viria a se conformar poucos anos depois de outubro de 1917, havia clareza quanto à certeza de que uma solução para a Rússia revolucionária **não** seria a de voltar-se para dentro de si própria. E mesmo sob o pretexto de que seus recursos internos seriam suficientes para erguer o socialismo uma vez que a pré-condição expressa pela propriedade coletiva dos meios de produção estava assegurada.

Mais tarde, quando consolidou seu poder no final da década de 20 impondo o "grande giro" econômico, a ideologia de Stalin apregoava que a tese que argumentava a inevitabilidade da dependência da economia soviética face ao mercado mundial era "contra-revolucionária". E essa pregação na forma de anátema era tanto mais ideológica quanto mais a burocracia se esforçava para ignorar a questão elementar - da qual Lenin nunca se esquecia - de que tanto o capitalismo como o socialismo apoiam-se em uma divisão internacional do trabalho: "*(...) a organização econômica num Estado proletário isolado, seja ele tão importante quanto for, deve mostrar-se acanhada, limitada, contraditória. Não poderá alcançar o nível de uma nova e harmoniosa sociedade. (...)*".<sup>78</sup> Mesmo assim, o stalinismo anunciaria solenemente, no final da década de 30, que a URSS tinha concluído sua fase socialista e se preparava para adentrar ao comunismo.

---

<sup>78</sup> Apud TROTSKY, *ibidem*, p. 1031.